

INTERESSE NACIONAL

ANO 10 • NÚMERO 40 • FEVEREIRO – MARÇO – ABRIL 2018 • R\$ 30,00

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Das Redes às Urnas: o Avanço dos Novos Movimentos Suprapartidários

Michael Freitas Mohallem

O Partido Novo: Origens, Ideias e Objetivos

Christian Lohbauer

A (Urgente) Mobilização da Sociedade Pelas Causas Estruturais do Brasil

Luana Tavares

Raps: Uma Rede de Lideranças Políticas Para Um Brasil Sustentável

André Previato

Marcos Vinícius de Campos

Agenda da Frente Pela Renovação

Miguel Nicácio

Balanço da Política Externa dos Governos Petistas

Rubens Barbosa

ISSN 1982-8497



9 771982 849406

INTERESSE NACIONAL



A **Revista Interesse Nacional** oferece o seu conteúdo impresso na plataforma tablet. Essa inovação digital beneficia o leitor, pois permite o acesso aos artigos com total mobilidade e interatividade.

A atualização no formato é necessária para acompanhar nossos leitores onde eles estiverem. Para nós, o importante é a qualidade do conteúdo, sem descuidar dos recursos visuais inovadores.

INTERESSE NACIONAL

Ano 10 • Número 40 • Fevereiro–Março–Abril de 2018

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer

Carlos Eduardo Lins da Silva

Cláudio Lembo

Claudio de Moura Castro

Cláudio R. Barbosa

Daniel Feffer

Demétrio Magnoli

Eugênio Bucci

Fernão Bracher

Gabriel Cohn

João Geraldo Piquet Carneiro

Joaquim Falcão

José Luis Fiori

Leda Paulani

Luis Fernando Figueiredo

Luiz Bernardo Pericás

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Miguel Lago

Raymundo Magliano

Renato Janine Ribeiro

Ricardo Carneiro

Ricardo Santiago

Ronaldo Bianchi

Roberto Pompeu de Toledo

Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B

01452-000 • São Paulo • SP • Brasil

Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editorial Ltda.

dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto

editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2018

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

Sumário

.....

ANO 10 • NÚMERO 40 • FEVEREIRO–MARÇO–ABRIL DE 2018

6 Apresentação

10 Errata – artigo de ROBERTO NICOLSKY
(EDIÇÃO 39)

ARTIGOS

11 Das Redes às Urnas: o Avanço dos
Novos Movimentos Suprapartidários

MICHAEL FREITAS MOHALLEM

A reflexão proposta no artigo é sobre as respostas recentes de movimentos e grupos de diferentes orientações políticas à frustração pelo desenho constitucional partidário inacabado. São grupos que se lançam em busca da influência política nas decisões e, no limite, da participação direta, com candidaturas próprias, nas eleições gerais. O artigo trata das principais causas recentes do declínio dos partidos como espaços viáveis do ingresso na vida pública; avalia a expansão do ativismo on-line e o ingresso de novos agentes como intermediários de reivindicações sociais entre as pessoas e as instituições públicas; busca compreender o processo de institucionalização dos movimentos políticos emergentes e sua relação com os partidos políticos; busca analisar o im-

pacto das minirreformas eleitorais de 2015 e 2017, além da decisão do Supremo Tribunal Federal, que vedou financiamento empresarial.

22 O Partido Novo:
Origens, Ideias e Objetivos

CHRISTIAN LOHBAUER

As eleições gerais de 2018 são as mais importantes da história republicana. É a última chance que o Brasil tem de retomar o desenvolvimento e enriquecer antes de sua população envelhecer. No período dos próximos 20 anos, enfrentaremos a estabilização da curva demográfica do crescimento vegetativo nacional. O Partido Novo abriu o processo seletivo e definiu pré-candidaturas durante o ano de 2017 e deverá concluí-lo em março de 2018. Lançará candidato à presidência da República, a governadores de estado para Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e, talvez, para Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Senadores em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e mais de 400 candidatos a deputado federal em 19 Estados da federação e deputados estaduais nos Estados em que lançar governadores. O

Partido está convencido de que o único caminho possível dentro das regras institucionais para se transformar o Brasil é atuando dentro do Congresso Nacional. O Partido não fará coligações e não utilizará o fundo partidário nem o bilionário fundo eleitoral.

36 A (Urgente) Mobilização da Sociedade Pelas Causas Estruturais do Brasil

LUANA TAVARES

O Centro de Liderança Pública (CLP) é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, criada em 2008 com o objetivo de melhorar o Estado brasileiro por meio da formação de líderes públicos que querem transformar o país e da mobilização da sociedade por mudanças estruturais necessárias para o fortalecimento das instituições democráticas e o aumento da qualidade da gestão pública brasileira. Desde 2008, mais de 6 mil líderes públicos de todo o país já passaram pelas formações do CLP. A partir de uma análise de prioridades nacionais com alto impacto para a melhoria do funcionamento do Estado versus janela de oportunidade política e conjuntural, o CLP definiu junto com o seu Conselho Consultivo uma agenda de causas que o país precisa enfrentar até 2022. São elas: a Reforma da Previdência, a Reforma Política, a Reforma Administrativa (Lei do Funcionamento Público), a retomada da Competitividade Nacional e a Responsabilidade Fiscal Parlamentar.

44 Raps: Uma Rede de Lideranças Políticas Para Um Brasil Sustentável

ANDRÉ PREVIATO

MARCOS VINÍCIUS DE CAMPOS

Nos seus cinco anos de existência, a Raps – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade –, entidade civil e sem fins lucrativos, vem consolidando suas atividades para a valorização da ação política como o caminho necessário para o aperfeiçoamento da democracia brasileira. Com base nas evidências disponíveis, a Raps aponta, desde a sua fundação, que a baixa qualidade da governança política de nosso país impacta diretamente o desenvolvimento econômico e social e resulta em desperdício de oportunidades. A Raps veio com a missão de contribuir para o aperfeiçoamento do processo político e da qualidade da democracia brasileira por meio da formação de uma rede de lideranças políticas comprometidas com os valores e os princípios da ética, da transparência e da sustentabilidade e dispostas a debater e a construir uma visão compartilhada de desenvolvimento sustentável do Brasil. Até o momento, mais de 100 lideranças da rede Raps se colocam como pré-candidatas ao processo eleitoral de 2018 tendo, como ponto comum, o comprometimento com uma ação política transformadora que inspire, engaje e mobilize a sociedade, a fim de promover uma mudança positiva e significativa ao Brasil.

50 Agenda da Frente Pela Renovação

MIGUEL NICÁCIO

A Frente Pela Renovação tem como objetivo principal promover e acelerar a renovação política. Queremos melhorar a qualidade de representação, começando pelo Legislativo Nacional. Dessa forma atuamos em três pilares: elaboração e divulgação de uma agenda de princípios para tornar a sociedade mais justa, íntegra, sustentável e democrática; seleção e promoção de uma lista de candidatos, íntegros e comprometidos com essa agenda, para atuar no Legislativo Federal; monitoramento da atuação do candidato eleito, por meio da aproximação da base eleitoral e seu representante. A agenda possui quatro grandes pilares fundamentais para o desenvolvimento do país: justiça, integridade, sustentabilidade e democracia.

lisaram o Mercosul. Os governos do PT mantiveram uma estratégia de negociações comerciais bilaterais, regionais e globais que isolaram o Brasil, não permitindo sua inserção nas cadeias produtivas globais, que representam hoje 56% do comércio global e 72% dos serviços. Deixaram de ser cumpridos os princípios constitucionais de não ingerência e defesa da soberania, seguidamente desrespeitados nos governos do PT no altar da ideologia. A credibilidade, a independência, o equilíbrio e os valores (democracia e direitos humanos) que apoiamos internamente não foram respeitados na política externa.

52 Balanço da Política Externa dos Governos Petistas

RUBENS BARBOSA

Tornando-se ideológica e partidária, a política externa do PT quebrou o consenso interno porque faltou equilíbrio entre a defesa de princípios permanentes e do interesse nacional. Na região, assumiu uma agenda que não era a nossa e, por isso, a ação do Itamaraty tornou-se passiva e reativa, deixando o Brasil a reboque dos acontecimentos: prevaleceram as afinidades ideológicas e a paciência estratégica, que prejudicaram o processo de integração regional e para-

Apresentação



O surgimento de movimentos supra-partidários espalhados por todo o País, com a proposta de revigorar o sistema político brasileiro por meio de práticas éticas, transparentes e a favor do interesse público, é o tema central desta edição.

O assunto foi discutido em reunião do Conselho da Revista que recomendou contatar vários movimentos para esclarecer as motivações e as agendas com que trabalham para renovar as práticas políticas e, no curto prazo, preparar lideranças para disputar as próximas eleições nos vários níveis de governo.

O artigo de abertura é de Michael Freitas Mohallem, coordenador do Centro de Justiça e Sociedade e professor da FGV Direito Rio, onde leciona a disciplina “Formação das Leis: Poder Legislativo, Lobby e Ativismo Social”.

O autor reflete sobre “as respostas recentes de movimentos e grupos de diferentes orientações políticas à frustração pelo desenho constitucional partidário inacabado. São grupos que se lançam em busca da influência política nas decisões e, no limite, da participação direta, com candidaturas próprias, nas eleições gerais”. O artigo esclarece as origens de tais movimentos e analisa a sua perspectiva de viabilidade eleitoral em 2018.

Também discute as principais causas recentes do declínio dos partidos como espaços viáveis do ingresso na vida pública. Outra preocupação do autor é avaliar a expansão do ativismo on-line e o ingresso de novos agentes como intermediários de reivindicações sociais entre as pessoas e as instituições públicas. O artigo também analisa o processo de institucionalização dos movimentos políticos emergentes e sua relação com os partidos políticos. Por fim, examina o impacto das minirreformas eleitorais de 2015 e 2017, além da decisão do Supremo Tribunal Federal que vedou financiamento empresarial.

Os grupos ativistas se organizam através de ONGs, de plataformas eletrônicas temáticas e por meio de movimentos amplos capazes de olhar para diversas agendas simultaneamente. A facilidade de organização e a simplificação do processo de identificação de interessados nas pautas comuns vêm ampliando o ativismo político, tanto em número de organizações quanto em número de participantes dos grandes movimentos, explica Mohallem.

O segundo artigo é de autoria de Christian Lohbauer, mestre e doutor em Ciência Política pela USP, fundador do Partido Novo em 2011 e pré-candidato ao Senado por São

Paulo. A legenda nasceu para defender cinco principais valores: 1) o exercício das liberdades individuais com responsabilidade (exemplo: liberdade facultativa de exercer o direito de voto); 2) credita ao indivíduo e à sua iniciativa a origem da geração de riquezas (é o indivíduo agente das mudanças, não o Estado ou o governo); 3) pauta-se pelo princípio da igualdade (qualquer indivíduo é submetido ao direito e às leis de forma isonômica, sem privilégios); 4) defende o livre mercado (o capitalismo deve se estabelecer em sua plenitude, longe de controles e intervencionismos que distorcem o mercado e privilegiam grupos aliados ao poder constituído); 5) visão de longo prazo. “Para o Novo, não há sociedade organizada sem ter, constantemente no horizonte, uma visão de longo prazo. É dever do gestor público não onerar as futuras gerações. O planejamento das políticas públicas deve sempre se sobrepor às próximas eleições. Qualquer nação civilizada, com destaque para Japão, EUA, Alemanha, China ou Coreia do Sul, adotou como valor fundamental a avaliação de suas vocações, oportunidade e desafios no longo prazo”, escreve Christian Lohbauer.

Luana Tavares, diretora executiva do Centro de Liderança Pública (CLP), é a autora do terceiro artigo da edição. Ela focaliza a discussão sobre as causas estruturais que o Brasil precisa vencer e esclarece sobre o modelo de atuação do CLP quanto à mobilização da sociedade em prol dessa agenda.

“O CLP é uma organização sem fins lucrativos e apartidária criada em 2008 com o objetivo de melhorar o Estado brasileiro por meio da formação de líderes públicos que querem transformar o país e da mobilização

da sociedade por mudanças estruturais necessárias para o fortalecimento das instituições democráticas e o aumento da qualidade da gestão pública brasileira”, explica.

São três as principais crenças da instituição: 1) o Brasil precisa de uma nova safra de estadistas. Os desafios políticos são cada vez mais complexos e exigem mais capacidade dos líderes públicos em resolvê-los com pensamento no longo prazo e visão de estadista, ou seja, colocando os interesses do país acima de seus interesses pessoais ou eleitorais; 2) a capacitação e a valorização de servidores e gestores públicos são vitais para melhorar a qualidade da gestão dos recursos e dos serviços públicos. O Estado predador, ineficiente e corporativista, que consome 37% do PIB em impostos dos brasileiros e oferece em troca serviços públicos de péssima qualidade, é o fator que mais contribui para afastar o cidadão do Estado e reduz a confiança do eleitor na democracia; 3) temos obrigação de deixar como legado um país melhor para as próximas gerações. Os bons exemplos de gestão e de liderança precisam ser difundidos pelo país para servir de inspiração para outros governantes e gestores, enriquecer a troca de experiências, erros e acertos entre eles e envolver os cidadãos no debate sobre ganhos e perdas das escolhas políticas.

Outro movimento focalizado nesta edição é a Raps – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. André Previato, líder da Raps que atua como colaborador no campo do empreendedorismo cívico, e Marcos Vinícius de Campos, diretor executivo, explicam que, nos seus cinco anos de existência, a Raps, uma entidade civil e sem fins lucrativos, vem consolidando suas atividades para a valorização da ação política como o ca-

minho necessário para o aperfeiçoamento da democracia brasileira. “Com base nas evidências disponíveis, a Raps aponta, desde a sua fundação, que a baixa qualidade da governança política de nosso país impacta diretamente o desenvolvimento econômico e social e resulta em desperdício de oportunidades. A Raps veio com a missão de contribuir para o aperfeiçoamento do processo político e da qualidade da democracia brasileira por meio da formação de uma rede de lideranças políticas comprometidas com os valores e os princípios da ética, da transparência e da sustentabilidade e dispostas a debater e a construir uma visão compartilhada de desenvolvimento sustentável do Brasil”, dizem os autores.

Eles destacam que, no Brasil, existem 70.433 cargos eletivos a serem preenchidos a cada quatro anos, considerando-se os de presidente e vice-presidente, 27 governadores e 27 vice-governadores, 81 senadores e 162 suplentes, 513 deputados federais, 1.035 deputados estaduais, 24 deputados distritais, 11.136 prefeitos e vice-prefeitos e 57.426 vereadores. Soma-se a isso o fato de que, em 2012 e 2014, disputaram as eleições 450.697 e 22.557 candidatos, respectivamente, totalizando 505.427 candidatos. “Nesse contexto, é fundamental que as diversas iniciativas de aperfeiçoamento e fortalecimento dos processos de identificação e escolha dos nossos líderes políticos sejam valorizadas, apoiadas e integradas pela sociedade”, afirmam Previato e Campos.

Esta Revista recebeu de Miguel Nicácio, líder da Frente pela Renovação, outro movimento que busca mudar a política e os políticos, respostas sobre a sua atuação. A Frente Pela Renovação tem como objetivo principal promover e acelerar a renovação política. “Queremos melhorar a qualidade de re-

presentação, começando pelo Legislativo Nacional. Dessa forma, atuamos em três pilares: 1) elaboração e divulgação de uma agenda de princípios para tornar a sociedade mais justa, íntegra, sustentável e democrática; 2) seleção e promoção de uma lista de candidatos, íntegros e comprometidos com essa agenda, para atuar no Legislativo Federal; 3) monitoramento da atuação do candidato eleito, por meio da aproximação da base eleitoral e seu representante.”

Artigo que fecha a edição é de Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e de Comércio Exterior (Irice) e editor responsável desta Revista. Ele faz um balanço dos 14 anos de política externa dos governos petistas.

“A partidarização da política externa ficou nítida desde o início do primeiro mandato de Lula pela perceptível influência do PT no processo decisório do Itamaraty. O primeiro sinal disso foi a nomeação de um quadro importante do PT para a função de assessor internacional da Presidência. Já em 2003, o ministro das Relações Exteriores indicava essa partidarização ao afirmar em discurso que ‘em todo o processo de mudança de governo, de mudança de orientação política, em muitos aspectos, temos de levar em conta duas situações: primeiro, uma natural afinidade das pessoas com a orientação política do governo, do presidente da República, do ministro de Estado e também, naturalmente, a competência profissional. Somos um corpo profissional por excelência, mas que deve estar entusiasticamente engajado com certas linhas políticas, com certas orientações’. O ministro acabou se filiando ao PT em 2009, gesto inédito entre os diplomatas que foram ministros do Exterior encarregados de executar uma po-

lítica de Estado, e não apenas de um partido”, diz Barbosa.

De acordo com ele, “a aplicação da plataforma do PT com a partidarização da política externa e a criação na América Latina de canal paralelo ao do Itamaraty, ocupado pelo assessor internacional, como disse Lula em discurso no Itamaraty, em 2004, culminou com a política de afinidades ideológicas, generosidade e paciência estratégica nas relações econômicas e comerciais com os países sul-americanos, como Venezuela, Argentina, Bolívia, Cuba, e com países africanos”.

Tornando-se ideológica e partidária, a política externa do PT quebrou o consenso in-

terno porque faltou equilíbrio entre a defesa de princípios permanentes e do interesse nacional, analisa o autor. “Na região, assumiu uma agenda que não era a nossa e, por isso, a ação do Itamaraty tornou-se passiva e reativa, deixando o Brasil a reboque dos acontecimentos: prevaleceram as afinidades ideológicas e a paciência estratégica, que prejudicaram o processo de integração regional e paralisaram o Mercosul. No concerto das nações, nos últimos quatro anos, o Brasil se retraiu e baixou sua voz, reduzindo sua contribuição nas grandes discussões do cenário internacional”, escreve Rubens Barbosa.

OS EDITORES

Errata

O artigo “Inovação Industrial e Crescimento”, de Roberto Nicolosky, publicado na edição impressa 39, trouxe falhas na edição de **uma tabela** e de **um gráfico**, motivo pelo qual reiteramos as nossas desculpas ao autor e aos leitores.

A **tabela 1** correta, na página 56, é a que segue abaixo.

A **tabela 1** resume os resultados obtidos pelos cinco países mencionados em comparação com os nossos resultados na geração de tecnologia, medida pela taxa de patentes outorgadas a cada ano no USPTO.

* * *

Tabela 1: Comparação da Outorga de Patentes USPTO

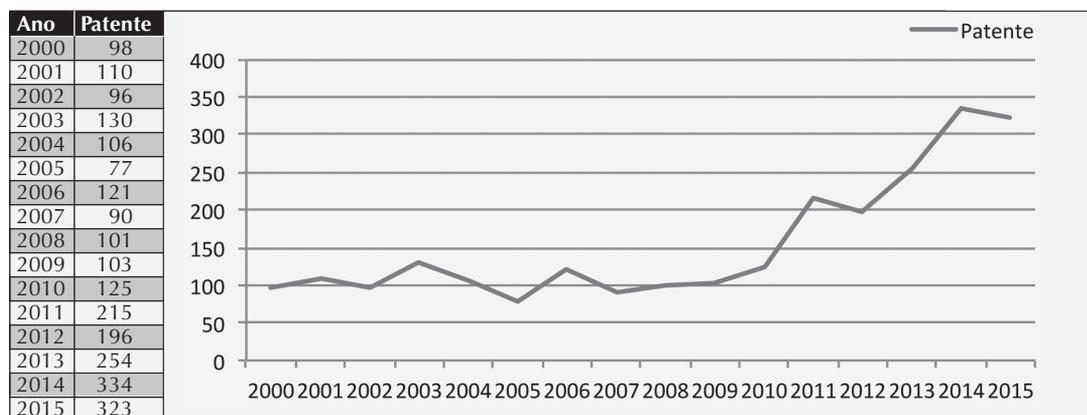
País	1963: Início da Estatística USPTO	Início da Política Pública	Patentes	2015: Últimos dados USPTO
Japão	407	1950	-	52.409
Taiwan	0	1972	0	11.690
Coreia do Sul	0	1972	7	17.924
China + HK	10	1980	28	8.733
Índia	4	1995	37	3.355
Brasil	17	-	-	323

* * *

O **gráfico 1**, que deveria estar publicado na página 60, foi omitido.

O reembolso é um compartilhamento do risco, ainda que a posteriori, e os seus resultados são evidentes no **gráfico 1** das nossas patentes no USPTO.

Gráfico 1: Patente Brasil USPTO



Das Redes às Urnas: o Avanço dos Novos Movimentos Suprapartidários

.....
MICHAEL FREITAS MOHALLEM

Introdução

O recrutamento de novos filiados costuma ser tarefa primordial para partidos políticos.¹ Para as agremiações que buscam ascensão como forças verdadeiramente representativas, a renovação de lideranças também tem importância estratégica. Mas, quando os partidos passam a ter dificuldades de incorporar novas figuras, muitas das quais lideranças profissionais e sociais em busca de legítima ocupação de espaço público, a sociedade reage.

Esta edição da *Interesse Nacional* oferece a visão de protagonistas dessa reação e traz a discussão sobre os métodos de atuação e as motivações de diversos movimentos e

.....
MICHAEL FREITAS MOHALLEM é coordenador do Centro de Justiça e Sociedade e Professor da FGV Direito Rio, onde leciona a disciplina “Formação das Leis: Poder Legislativo, Lobby e Ativismo Social”. Foi diretor no Brasil da organização de ativismo e advocacy Avaaz.
.....

1. O recrutamento de novos integrantes seria essencial já que 1) possibilitaria a continuidade programática dos partidos ao longo do tempo; 2) permitiria a adaptação do partido às demandas cambiantes da sociedade; 3) garantiria que novos quadros estivessem prontos para assumir posição de liderança política na organização; e 4) contribuiria com a continuidade da própria democracia representativa, ao introduzir agentes interessados e treinados para assumir posições públicas. PERES, Paulo; MACHADO, Amanda. Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 1, 2017, p.126-127.

grupos que emergiram nos últimos anos em busca de projeção política, influência nas decisões públicas e, principalmente, mudanças nas regras de organização da política. Mesmo sem negar os partidos, os discursos dos novos movimentos os colocam em xeque. Teria chegado o momento de ampliar a porta de entrada na política eletiva e tirar a chave das mãos dos partidos? Ou seria esse o momento de fortalecer partidos para que voltem a ser espaço desejado para o desenvolvimento da política e de políticos?

Desde a redemocratização, os partidos buscaram desenvolver seus espaços de formação. As lideranças partidárias nos anos 1990 eram maduras, muitas das quais haviam iniciado seu contato com a política estudantil ou partidária antes dos anos de ditadura militar. O caminho natural de recrutamento de jovens era a universidade — ao menos para a maior parte das legendas —, mas, aos poucos, sindicatos, organizações de representação profissional, comunidades eclesiais e entidades de interesse local passaram a construir pontes entre suas novas lideranças e os espaços partidários.

Partidos estabeleciam seus braços de atuação universitária. Em alguns casos, como o da União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao PCdoB, tornou-se caminho quase exclusivo de formação de futuros de-

putados federais e ministros de Estado do partido. Em pouco tempo, praticamente todos os partidos criaram secretarias de juventude, muitas das quais ativas nas disputas das direções de centros acadêmicos e organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), as unidades da União Estadual dos Estudantes (UEE) e as unidades da União Municipal dos Estudantes (UMES). Foi a tentativa de construção da porta de entrada na vida partidária.

O ambiente universitário, porém, era pouco diversificado, e isso se refletia na dificuldade de ampliar os perfis de quem ocupava as burocracias partidárias e os governos. A aposta dos partidos políticos foi, então, na setorialização de sua estrutura interna, de modo que se tornaram vias comuns de ingresso e militância as secretarias, os núcleos ou setoriais como de mulheres, negros, LGBT, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde etc. Também se aproximavam os sindicatos e as grandes associações de representação de categorias profissionais. Buscava-se, com isso, a construção não apenas de espaços de elaboração de projetos de políticas públicas, mas também a aproximação com universos profissionais dentro dos quais novos filiados contribuíssem sem deixar sua esfera de atuação extrapartidária.

Como medida complementar, os partidos lançam periodicamente campanhas nacionais de filiação que, entretanto, se confundem em relação aos propósitos, com campanhas eleitorais regulares. Como se sabe, filiados tendem a votar no partido aos quais são vinculados e, quando motivados ou não constrangidos, podem atuar como excelentes captadores de votos no varejo eleitoral. Transformar meras filiações em vida partidária orgânica requer etapas complementares raramente adotadas. O resultado de tais campanhas, portanto, de

forma geral, não é capaz de forçar mudanças na dinâmica de disputa pelas direções partidárias ou de criar forças de pressão por maior democracia no interior dos partidos.

Assim, os espaços partidários atraíram um contingente significativo de filiados — atualmente há quase 17 milhões de filiados a partidos políticos no Brasil²—, mas com pouca participação na rotina partidária e, principalmente, baixa capacidade de diálogo com a sociedade. Os partidos deixaram de representar um espaço natural para quem quer fazer atividade política. Formou-se o paradoxo que hoje atinge frontalmente a política brasileira: os partidos têm o monopólio de entrada na vida pública que passa pelas urnas, mas são espaços fechados e sem atratividade para parte dos interessados na disputa de cargos eletivos.

Ao longo dos 30 anos desde a inauguração da Constituição, os grandes partidos se consolidaram como espaços de construção de ideias e de lideranças, enviesados em favor de certos grupos e estratos profissionais que se organizam de forma semelhante. Retroalimentam-se as práticas e a linguagem e, assim, ficam excluídos todos os demais. Há também, claro, os inúmeros partidos que se reduzem a organizações financiadas pelo fundo partidário a serviço do interesse de famílias tradicionais na política local ou nacional. Assim, parece razoável afirmar que a trajetória de formação institucional dos partidos políticos está incompleta. Sua consolidação como polos de reflexão e pensamento ao largo do espectro político-ideológico, com poucas exceções, não aconteceu. As pontes com novos

.....
2. Os sete maiores partidos em números de filiados são o PMDB, com 14% de todos os filiados no país, seguido de PT, com 9%, PSBD e PP com 8% cada, PDT e PTB com 7% e DEM com 6%. Dados do TSE, atualizados em dezembro de 2017.

grupos e novos métodos de organização política, igualmente, não aconteceram.

A reflexão proposta neste artigo é justamente sobre as respostas recentes de movimentos e grupos de diferentes orientações políticas à frustração pelo desenho constitucional partidário inacabado. São grupos que se lançam em busca da influência política nas decisões e, no limite, da participação direta, com candidaturas próprias, nas eleições gerais. Para compreender as origens de tais movimentos e analisar a perspectiva de viabilidade eleitoral em 2018, o artigo será dividido em quatro partes: inicialmente serão discutidas as principais causas recentes do declínio dos partidos como espaços viáveis do ingresso na vida pública. Em seguida se avaliará a expansão do ativismo on-line e o ingresso de novos agentes como intermediários de reivindicações sociais entre as pessoas e as instituições públicas. A terceira parte busca compreender o processo de institucionalização dos movimentos políticos emergentes e sua relação com os partidos políticos. Por fim, o artigo buscará analisar o impacto das minirreformas eleitorais de 2015 e 2017, além da decisão do Supremo Tribunal Federal que vedou financiamento empresarial, nas perspectivas de sucesso dos movimentos nas eleições de 2018.

1. A precarização da opção partidária

Os partidos políticos não são instituições admiradas no Brasil. Segundo o Índice de Confiança Social (ICS), de 2009 a 2017, figuraram entre as instituições em que a população menos confiou.³ Até 2016, era a

.....
3. O ICS é pesquisa anual produzida pelo Ibope Inteligência para monitorar a evolução da confiança da população em instituições e grupos sociais. Disponível em <<http://www.ibopeinteligencia.com/produtos-e-servicos/indice-de-confianca-social/>>, último acesso em 13/01/2018.

instituição mais desacreditada do país, perdendo, em 2017, apenas para a presidência da República. A queda progressiva da confiança nos partidos tem inúmeras variáveis que não serão individualmente discutidas. De toda sorte, destaca-se, em tempos recentes, a correlação entre a Operação Lava Jato e os esquemas de corrupção revelados com a queda mais brusca da confiança— de 30%, em 2014, para 17%, no ano de 2015.

A Lava Jato atingiu em cheio todos os grandes partidos e explicitou a promiscuidade da relação entre alguns financiadores de campanha, partidos e contratos de empresas estatais. Poucos anos após o “Mensalão”, o processo de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil entrava em evidência novamente. Desta vez, porém, produziu —ve ainda produz— impacto que será adequadamente dimensionado apenas após o processo eleitoral de 2018.

A crise que se abateu sobre os partidos com o avanço da Operação Lava Jato foi também uma grande oportunidade de reformular as práticas, renovar as lideranças e de, ao menos, tentar caminhos de reconstrução da confiança dos eleitores. Para a surpresa de muitos observadores da rotina dos partidos, a oportunidade não foi aproveitada. Entre partidos médios e grandes, não houve sinais de significativa renovação de candidaturas para as principais posições em disputa. Em relação aos processos de eleição das direções partidárias, ao contrário de promoverem nomes com forte imagem de integridade, os partidos tiveram dificuldade de lidar com o avanço das investigações sobre suas mais caras lideranças. Para citar apenas os três maiores partidos, PMDB (agora, novamente, MDB) elegeu o senador Romero Jucá, investigado na Lava Jato, como seu presidente em 2016; no ano seguinte o PT

elegeu como presidente a senadora Gleisi Hoffmann, também investigada na Lava Jato; e, em 2017, o senador Aécio Neves, também investigado, manteve-se (e foi deixado) como presidente após o retorno de licença.

É, de certa forma, esperado que os partidos não abandonem ou expulsem seus quadros históricos nas adversidades. Portanto, não seria razoável esperar processos sumários de expulsão quando ainda restasse dúvida autêntica sobre a culpa de integrantes do partido em processos judiciais inacabados. Por outro lado, esperava-se em momento como o atual maior preocupação com as expectativas da sociedade. Há — ou deveria haver — alternativas que sinalizassem à sociedade apoio ao combate à corrupção e, ao mesmo tempo, garantissem certo distanciamento para que processos criminais fossem respondidos nas respectivas esferas individuais privadas.

Outro fator de destaque no processo de desgaste dos partidos políticos é a elevadíssima fragmentação partidária. A existência de 35 partidos políticos, dos quais 25 com representação na Câmara dos Deputados, contribui com a percepção geral de pouca identidade das agremiações. Ademais, do elevado número de legendas resulta número maior de candidatos durante as eleições e, por consequência, maior flexibilidade e menor rigor dos partidos com o perfil de seus candidatos. Neste contexto, não costuma haver disputa significativa para a obtenção de legenda para a disputa eleitoral. Há, inclusive, déficit de candidaturas de mulheres para que se atinja o piso legal de 30%. O verdadeiro filtro de viabilidade se dá, portanto, não na escolha de candidatos, mas na distribuição de recursos de campanha.

A grande responsabilidade pelo quadro atual não é diretamente dos partidos, já que a

cláusula de desempenho foi criada em 1995, por lei, e extinta antes que pudesse surtir efeitos, em 2006, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).⁴ Tivesse a cláusula vigorado até os dias atuais, de acordo com os resultados das eleições desde então, haveria sete partidos políticos com pleno funcionamento parlamentar, sem prejuízo dos demais que não tivessem atingido 5% dos votos, que poderiam existir e ter representantes eleitos, embora sem estrutura de liderança partidária e com participação mínima no Fundo Partidário.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), posteriormente, criou novos incentivos à criação de partidos políticos quando decidiu que a fidelidade partidária levaria parlamentares que mudassem de partido à perda do mandato.⁵ Entretanto, de acordo com o Tribunal, a transferência para um partido recém-criado seria considerada “justa causa” e, portanto, não passível da pena de perda de mandato. Partidos como PSD (2011), PEN (2012), Pros (2013) e Solidariedade (2013) foram os primeiros a usufruir da regra e angariaram, somados, 103 deputados que preservaram seus mandatos.

Enquanto os tribunais amparavam regras incentivadoras da criação de novas legendas,

.....
4. O caso foi julgado nas ADIs 1351 e 1354, quando o STF declarou a inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos), que criavam a cláusula de desempenho para restringir o direito ao funcionamento parlamentar, o acesso ao horário gratuito de rádio e televisão e a distribuição dos recursos do Fundo Partidário para os partidos que não atingissem 5% dos votos nacionais. O Supremo entendeu que a nova regra asfixiaria muitos dos novos partidos e, portanto, violaria o art. 17 da Constituição. O pluripartidarismo, tal como entendeu o Supremo, seria ameaçado pela regra.

.....
5. O TSE editou, em 2007, a Resolução 22.610/07, estabelecendo que pode ocorrer “a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa”. Eram consideradas justa causa a I) incorporação ou fusão do partido; II) criação de novo partido; III) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; e IV) grave discriminação pessoal. A resolução foi posteriormente referendada pelo STF.

os partidos percebiam as crescentes dificuldades de se diferenciar de mais de 30 outras agremiações e, ao mesmo tempo, construir trajetória de credibilidade. A singela solução levada adiante foi cosmética. Diversos dos novos partidos políticos vislumbraram benefício à imagem se deixassem de lado a palavra “partido”. É um movimento de reconhecimento das suas dificuldades e estigmas negativos. A mudança de nomes logo se transformou na principal resposta do sistema partidário. Apesar de superficial, os partidos vêm buscando se distanciar justamente do que os distingue de qualquer outra organização com atividade política. Desde a mudança do PFL para DEM (2007) e da criação do Solidariedade (2013), Novo (2015) e Rede Sustentabilidade (2015), a tendência de exclusão da famigerada palavra “partido” parece ter emplacado. PMDB voltou a ser MDB, PTdoB tornou-se Avante, PTN virou Podemos, PSL passou a ser Livres, PEN se chama agora Patriotas, PP é Progressistas e o PSDC poderá, em breve, ser DC.

As dificuldades dos partidos não são exatamente novas. Como se viu, partidos não são instituições que gozam de prestígio há muito tempo, mesmo antes das mais recentes crises. Em conjunturas passadas, os partidos conseguiam conciliar candidaturas de seus nomes tradicionais e abrigavam eventuais outsiders nas oportunidades de entrada na política. Com a alternância de gestões e diferenças programáticas, era viável ao candidato “de fora” se abrigar no partido de oposição para enfrentar quem se desgastava pelos anos de exposição como governo. Havia opções disponíveis, mas isso se modificou. Ingressar em partidos políticos atualmente impõe pesado ônus para quem vem de fora do sistema, quanto mais em caso de profissional com trajetória vinculada à agenda anticorrupção.

2. Ativismo, tecnologia e os novos intermediários da política

A Constituição afirma, sem ambiguidades, que são condições de elegibilidade, dentre outras, “a filiação partidária” (art. 14, § 3º, V). Portanto, o caminho até qualquer cargo público eletivo passa antes pela associação com um partido. Os partidos controlam a porta de entrada aos cargos eletivos, mas não exercem com exclusividade a intermediação entre povo e eleitos. Quando eleitos seus candidatos, evidentemente, o partido pode exercer com maior facilidade o papel de intermediação das demandas e expectativas das pessoas em relação aos rumos das políticas públicas.

Essa função, porém, não lhe é única. São comuns a qualquer grande empresa as atividades de lobby como forma de interlocução direta entre si e governos ou parlamentares. Da mesma forma, grupos de pressão por vezes constroem seus espaços de diálogo sem a intermediação de qualquer partido. Enquanto as ações de lobistas e grupos de pressão se voltam a interesses mais específicos, os partidos com capilaridade social podem ser capazes, também, de intermediar interesses difusos e amplos.

Com o avanço da tecnologia voltada à organização política — especialmente aquela disponível em anos recentes, como as grandes plataformas de peticionamento e mobilização política —, novos grupos ativistas se propuseram a realizar funções de intermediários da política. Ao mesmo tempo em que buscam dialogar e compreender as preferências de grande parcela da população, atuam com princípios norteadores e com uma agenda política específica a ser construída a cada ciclo. Como partidos políticos.

Os grupos ativistas se organizam através

de ONGs, de plataformas eletrônicas temáticas e por meio de movimentos amplos capazes de olhar para diversas agendas simultaneamente. A facilidade de organização e a simplificação do processo de identificação de interessados nas pautas comuns vêm ampliando o ativismo político tanto em número de organizações quanto em número de participantes dos grandes movimentos. A respeito da expansão da atuação de grupos da sociedade civil, Joaquim Falcão argumenta que “o crescente fortalecimento da sociedade civil, conseqüente fortalecimento do Terceiro Setor, são ao mesmo tempo uma crítica a estes monopólios [dos partidos políticos], a busca de uma saída, o forjar de novas instituições e uma proposta de expansão da democracia”.⁶

A geração de organizações de ativismo e *advocacy* surgida na última década, além de preservar duas vertentes de atuação combinadas — on-line e off-line —, tem em comum quatro aspectos principais: velocidade, escala, *crowdfunding* e a agenda multitemas. As decisões são tomadas em ambiente on-line entre seus membros, em tempo de influenciar a tomada de decisão iminente. As comunicações se dão entre muitas pessoas — dezenas, centenas ou milhões de pessoas, a depender da organização. Nos casos de organizações capazes de dialogar com milhões de indivíduos, uma fração de apoio às ações tomadas resulta em contingente capaz de influenciar agentes públicos em democracias. Por exemplo, a organização Avaaz se comunica com 45 milhões de membros em 195 países. Apenas no Brasil, mais de 10 milhões de pessoas recebem, assinam e, por vezes, mobilizam-se presencialmente.

6. FALCÃO, Joaquim. Democracia, Direito e Terceiro Setor, 2ª edição, Editora FGV, 2004, p. 20.

Se 5% dessa comunidade se mobilizar em favor de uma nova lei, a ação terá chamado a atenção de legisladores.

Em relação ao custo de manutenção, seria inviável desenvolver grandes estruturas tecnológicas com gastos regulares para mobilizar e ouvir as preferências de tantas pessoas sem um fluxo constante de recursos. O uso do método de *crowdfunding* para captação permitiu que as organizações mantivessem pessoal de alta qualificação técnica, com salários competitivos, além de recursos para campanhas e ações de *advocacy* nacionais e internacionais. Tudo isso sem comprometer a independência das ações, notadamente para as organizações que não recebem recursos de governos, de empresas nem mesmo de grandes doadores pessoa física. Por fim, os grupos ativistas promovem agendas em diferentes temas, conforme priorizados pela base de membros consultados. A atuação se faz sob constante microdeliberação, viabilizada pela tecnologia e acesso à internet.

Importante ressaltar a diferença entre o que venho denominando de grupos ou organizações de ativismo on-line-off-line e os novos movimentos políticos suprapartidários. Os grupos ativistas atuam para incrementar a intermediação da política e trazer mais qualidade à democracia, mas não se propuseram a ocupar os espaços eletivos. Os novos grupos suprapartidários são influenciados por instrumentos e métodos de organização política trazidos pelos ativistas on-line-off-line, mas têm como objetivo ocupar espaços públicos eletivos.

Atualmente, há influência recíproca entre grupos ativistas que buscam ocupar espaços de intermediação da política, novos movimentos suprapartidários que buscam integrar a política e os partidos políticos preocupados com sua própria modernização e qua-

lificação, que buscam absorver tecnologia e método dos movimentos sociais. Diversos partidos políticos fora do Brasil foram desenvolvidos tendo como base estruturas de deliberação on-line típicas de plataformas de ativismo. Por exemplo, os organizadores do Partido de la Red, da Argentina, afirmavam que "seus legisladores votariam sobre cada projeto em pauta de acordo com os resultados dos processos de deliberação e votação obtidos por meio de uma plataforma web criada para este fim".⁷

Essas categorias — partidos, movimentos de intermediação e movimentos suprapartidários — não são estanques. Com o passar dos anos, e conforme o êxito, grupos como MBL e Bancada Ativista, que lançaram candidatos já em 2016, podem querer tornar-se partidos políticos regularmente registrados. Como se discutirá na próxima seção, os novos movimentos vivem difíceis dilemas de institucionalização. Formaram-se em redes, cresceram no Facebook, deliberam coletivamente sobre suas agendas, são transparentes com seus membros, mas, por ora, dependem da filiação partidária para realizarem seus objetivos.

3. Os movimentos políticos de renovação e os desafios da institucionalização

A política tradicional vem sendo transformada nos últimos anos pelo surgimento de organizações de ativismo que se mobilizam primordialmente on-line mas que, em momentos estratégicos, quando há oportunidade de influenciar a tomada de decisões, partem para ações de *advocacy* e mobilizam

protestos nas ruas do país.

Os exemplos mais visíveis dessa nova forma de mobilização foram reformas legislativas como a Lei Ficha Limpa, Marco Civil da Internet e Emenda Constitucional 76, que restringiu o voto secreto nas casas parlamentares, dentre outras medidas legislativas. No plano internacional, atribuiu-se significativa influência dos movimentos ambientalistas, em atuação coordenada, na elaboração do Acordo de Paris durante a 21ª Conferência das Partes, em Paris, para criar compromissos nacionais em relação aos riscos de mudança do clima.

Muitas ações de impacto tiveram início em plataformas como Facebook, tal como as que iniciaram as manifestações generalizadas de junho de 2013 —propulsionadas pelo aumento de passagens de ônibus em algumas capitais e pela insatisfação difusa com a política — e as manifestações recordistas de público na história do Brasil, durante 2015 e 2016, que encorajaram deputados e senadores a levar adiante o impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Desde então, muitos novos grupos surgiram, outros tantos cresceram e alguns ganharam densidade política notável. Mas, foi nas eleições de 2016 que se viu uma importante inovação na política brasileira: o Movimento Brasil Livre (MBL) e a organização Banca Ativista decidiram lançar candidaturas em algumas capitais do país. Essa não foi, seguramente, a primeira vez que grupos e movimentos sociais avançaram além da atuação como grupo de pressão e passaram a disputar assentos em parlamentos. A inovação estava justamente no fato de que, mesmo após o processo de filiação aos partidos políticos através dos quais os candidatos neófitos concorreram e foram eleitos, houve a preservação de certa autonomia de atuação política e da identificação com o movimento como

7. ANNUNZIATA, Rócio; ARPINI, Emilia, GOLD, Tomás; ZEIFER, Bárbara. Argentina *in* SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Orgs.). *Ativismo político em tempos de Internet*. Fundação FHC e Centro Edelstein, 2016, p. 67.

mais significativa na identidade do parlamentar do que o próprio partido político.

O vereador Fernando Holiday, de São Paulo, por exemplo, ficou conhecido nacionalmente como integrante da liderança do MBL que foi eleito em 2016. Pouco se ressaltou nas notícias o fato de ser filiado ao DEM. De fato, o partido ao qual pertencia era menos relevante para compreensão da sua personalidade pública do que o movimento que o havia projetado nacionalmente. O partido político, para casos assim, é instrumental. Um meio para superar a barreira formal e legal que restringe a participação em eleições. Antes e depois da eleição, os elos mais profundos do parlamentar parecem estar com o movimento, e não com o partido.⁸

A eleição de 2016 inaugurou o modelo “partido instrumental”, que será ampliado em 2018. Projetos de partido político ainda não formalizados, como o Frente Favela Brasil, pretendem lançar candidaturas dispersas ou em bloco por um partido ainda não definido, que poderá ser Rede, PDT ou PSB. O movimento Agora!, segundo se noticiou, buscava abrigo eleitoral em PPS, DEM e Novo. Já o grupo Acredito dialoga com Rede e Livres para direcionar as candidaturas de seus integrantes. A ocupação temporária das legendas pode, eventualmente, converter-se na absorção dos grupos e movimentos pelos partidos, mas tudo indica que a aproximação pode ser ocasional até que se tornem novos partidos políticos.

A criação de partidos no Brasil é, relativamente a outras iniciativas que dependem

de apoio popular, muito fácil. Basta que, inicialmente, uma organização que quer ser um partido político se torne uma pessoa jurídica e registre seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. Em seguida, no período de até dois anos, deverá mostrar à Justiça Eleitoral as assinaturas de apoio de pelo menos 0,5% dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídas em alguns estados brasileiros. O percentual totaliza aproximadamente 500 mil assinaturas e garante participação no fundo partidário. Já a iniciativa popular de projeto de lei, que pode ser sumariamente rejeitada no Congresso Nacional, depende de aproximadamente 1,5 milhão de assinaturas.

A relativa facilidade somada aos muitos incentivos de transformar movimentos em partidos políticos, pode agravar o problema da fragmentação partidária ao contrário de melhorar a política, como é a proposta dos novos movimentos suprapartidários. Ao lado de movimentos com inserção social que talvez busquem sua institucionalização, há, atualmente, 70 associações registradas no TSE, na fila para coletarem assinaturas e se tornarem partidos.

O dilema que esse cenário coloca para os novos grupos é como se afirmar institucionalmente, sem depender da “barriga de aluguel” de outros partidos. Como contribuir com novas opções políticas sem agravar ainda mais o quadro de excesso de partidos existentes no Brasil? Tornar-se mais um partido político ou depender deles?

4. As regras eleitorais vão permitir o sucesso dos novos movimentos nas urnas?

A capacidade de mobilização dos novos movimentos suprapartidários é reco-

8. O MBL elegeu um prefeito e sete vereadores em diferentes cidades do país, por diferentes partidos. "Movimento pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores", por Bárbara Libório, UOL, 02/10/201 Disponível em <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm?cmpid=copiaecola>>, último acesso em 18/01/2018.

nhecida no Brasil e foi testada diversas vezes em anos recentes. A atuação recente de grupos como Quero Prévias e Nova Democracia buscou canalizar esforços para que as regras do jogo eleitoral também passassem a ser mais receptivas para indivíduos e grupos sem vínculos anteriores com partidos e que quisessem participar das eleições. A Transparência Partidária, por sua vez, reconhecendo a inevitável importância dos partidos, construiu proposta de maior transparência e democratização da rotina partidária.

Paralelamente à atuação dos movimentos diante da votação no Congresso Nacional da reforma eleitoral de 2017, o STF sinalizou a possibilidade de deliberar sobre as candidaturas avulsas ou independentes. A possível reviravolta na interpretação da regra de monopólio partidário ficou para depois de 2018, a depender da imprevisível pauta de matérias do Tribunal. Entretanto, o debate sobre sua viabilidade projetou luz sobre argumentos novos, como a tese jurídica de que a Convenção Americana de Direitos Humanos não autoriza que estados partes, como o Brasil, restrinjam o direito de disputar eleições para além das hipóteses previstas no tratado, quais sejam, “idade, nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal”.⁹

.....
9. Convenção Americana de Direitos Humanos, artigo 23. Direitos políticos. 1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades: a) de participar na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos; b) de votar e serem eleitos em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores; e c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país. 2. A lei pode regular o exercício dos direitos e oportunidades a que se refere o inciso anterior, **exclusivamente por motivos de idade, nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal** (grifo meu).

A tentativa de abertura para candidaturas avulsas chamou a atenção do país por um breve período, mas outra iniciativa — essa, sim, exitosa — foi aprovada sem grande alarde. A reforma eleitoral de 2017 autorizou o *crowdfunding* — ou financiamento coletivo — “por meio de sítios na internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares”, três meses antes do início da propaganda eleitoral.¹⁰ Como provavelmente os movimentos que se utilizarão instrumentalmente dos partidos políticos terão menor ou nenhuma participação nos recursos do Fundo Partidário e, agora, do generoso Fundo Especial de Financiamento de Campanha (conhecido como Fundão), as possibilidades de captação de recursos via *crowdfunding* se tornam essenciais para a viabilização das candidaturas.

Importante notar que a arrecadação por meio de *crowdfunding* é útil não apenas pela viabilização financeira da campanha, mas também pela aproximação, já que eleitores que doam tornam-se parte da campanha. O sucesso ou fracasso passa a ter relação direta com o indivíduo, cujo comprometimento tende a ser maior.¹¹ Mesmo antes do período autorizado para a arrecadação pela internet (maio de 2018), surgem iniciativas para superar a dificuldade de arrecadação que candidatos sem clara vinculação partidária e que dependam do uso instrumental das legendas

.....
10. A reforma eleitoral de 2017 foi aprovada através da Lei nº 13.488/2017, que alterou a chamada Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), dentre outras, para complementar a previsão de arrecadação de doações por parte dos eleitores pela internet, antes restrita aos mecanismos nos sites dos próprios candidatos, agora ampliados para os serviços de terceiro que promovam o financiamento coletivo.

11. MOHALLEM, Michael; COSTA, Gustavo Salles da. Crowdfunding e o Futuro do Financiamento Eleitoral no Brasil. Estudos Eleitorais, vol. 10, nº 2 maio/agosto 2015, p. 164.

para se lançar candidatos devem enfrentar. O grupo RenovaBr abriu processo seletivo de candidatos que, independentemente do partido ao qual se filiem, sejam treinados e remunerados nos meses pré-eleitorais.¹²

Em direção oposta às boas perspectivas eleitorais abertas pelo financiamento coletivo, destaca-se a baixa transparência dos processos decisórios internos dos partidos políticos. A falta de regras que exijam que partidos tenham processos democráticos internos afastou historicamente as lideranças que buscavam espaços de crescimento político e também limitou a influência dos novos filiados que se aproximaram instrumentalmente dos partidos na distribuição de recursos e tempo de rádio e televisão atribuídos a cada partido no horário eleitoral.

A cláusula de desempenho também pode ser um fator de desestímulo à intenção dos movimentos de criar novos partidos. Aprovada em 2017, com previsão de implementação progressiva nos próximos ciclos eleitorais, a cláusula de barreira ou de desempenho pode ter impacto muito positivo na redução do número de partidos com representação no Congresso Nacional. Entretanto, para novos partidos, pode ser muito difícil o desafio de alcançar, já nas eleições de 2018, o total de 1,5% dos votos válidos ou ainda de alcançar 2% dos votos em 2022, quando alguns dos movimentos atualmente em “carona” com partidos políticos já estabelecidos criariam os seus próprios. Sem esses mínimos, não teriam direito a recursos do fundo partidário e acesso subsidiado ao rádio e à televisão.

.....
12. O RenovaBR se descreve como grupo "criado com o propósito de acelerar novas lideranças políticas e viabilizar o acesso do cidadão comum ao Congresso Nacional". As informações sobre o processo seletivo estão em <<http://www.renovabr.org>>, último acesso em 18/01/2018.

Por fim, o Fundo Especial de Campanha (ou Fundão) devolveu às lideranças partidárias parcela do poder de controlar a viabilidade financeira das campanhas, poder anteriormente suprimido pela decisão do Supremo de tirar o dinheiro de empresas do processo eleitoral. Quando empresas podiam doar oficialmente, lideranças partidárias favoreciam seus preferidos e familiares com recursos e, assim, aumentavam as chances de sucesso eleitoral dos seus escolhidos. A histórica decisão do STF limitou a entrada de recursos de empresas e forçaria os partidos a mudar suas estratégias para conseguir doações com pessoas físicas. Tal necessidade obrigaria os partidos a buscar renovação e nomes com credibilidade pública. Porém, o Fundão mitigou os efeitos potenciais da decisão do Supremo e novamente deu aos caciques a faculdade de prescindir da renovação política.

Conclusão

A dificuldade dos partidos de atrair novas lideranças políticas de diversos setores da sociedade contribuiu com o surgimento de movimentos que se propuseram a qualificar a intermediação da política e, mais recentemente, a disputar eleições. A rejeição aos partidos tradicionais, como opção de entrada na política, tornou-se maior na medida em que avançavam as investigações da Operação Lava Jato sobre grande parte dos parlamentares federais e sobre todos os grandes e médios partidos políticos.

Por sua vez, o monopólio de acesso às urnas pelos partidos deu espaço à estratégia de intervenção via Supremo em favor de candidaturas avulsas —por ora suspensa— e, principalmente, ao uso instrumental dos

partidos políticos pelos novos movimentos suprapartidários. Os movimentos de maior densidade política apostam, ainda, na sua própria conversão em partidos políticos nos próximos ciclos eleitorais.

Para as eleições de 2018, os novos movimentos e os partidos terão a seu favor a inédita possibilidade de arrecadar fundos de campanha desde os três meses anteriores ao período oficial de campanha. Em

relação aos movimentos que buscam sua própria institucionalização como partido político, a cláusula de desempenho poderá significar obstáculo difícil de ser suplantado já nas próximas eleições. Outra grande dificuldade será o Fundão, que ampliou o poder de caciques partidários na distribuição de fundos de campanha em provável desfavor de candidatos vinculados a movimentos suprapartidários.

O Partido Novo: Origens, Ideias e Objetivos

.....
CHRISTIAN LOHBAUER

*“Eu sou eu, Dom Quixote
Senhor de La Mancha
E o meu destino é lutar
Pois quem não se aventura
Sem fé nem ternura
O mundo não pode mudar.”*
— Musical Homem de la Mancha

*“The question isn't who is going to let
me; it's who is going to stop me.”*
— Ayn Rand

Quem somos, de onde viemos

Foi em 2008, quando a economia mundial por pouco não entrou em colapso, que um pequeno grupo de cariocas percebeu o que milhões de brasileiros já vinham pressentindo, mas não tinham clareza ou coragem de constatar: o modelo de desenvolvimento brasileiro do governo do PT sob a liderança de Lula da Silva não tinha como dar certo. Desde sua posse em 2003, o governo do PT arrancava da sociedade 7% a mais em impostos, ano sobre ano. No entanto, gastava 10% a mais também ano sobre ano. O melhor ambiente econômico interna-

cional em muitas décadas colocava o preço das commodities minerais e agrícolas em preços bastante favoráveis ao exportador. Recursos e investimentos entravam no Brasil em escala inédita. Mas, o governo não se interessou em melhorar a vida das pessoas. Praticou a tradicional demagogia populista latino-americana: disponibilizou crédito para pessoas e empresas a juros baixos. Lastreou o BNDES no Tesouro Nacional. Distribuiu benesses fiscais a grupos empresariais para que o financiasse nas campanhas futuras. Fez intervenções sistemáticas em preços públicos. Não concluiu nenhuma obra relevante para melhorar a sucateada infraestrutura energética, ferroviária, portuária, aeroviária ou rodoviária. Contratou gente sem planejamento, aumentou salários públicos. Praticou uma política externa ideológica disponibilizando recursos dos contribuintes para obras faraônicas em países de regimes não democráticos. Menosprezou a gravidade do quadro internacional caracterizando a onda da crise econômica mundial de “marolinha”. O governo gastou. Gastou muito. E, claro, gastou muito mal.

Durante o ano de 2010 ainda era possível ludibriar o eleitorado, entorpecido pelo consumo desenfreado de produtos e serviços a pagar com crédito farto. Com um crescimento inflado do Produto Interno Bruto de

.....
CHRISTIAN LOHBAUER, 51, mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Fundador do Partido Novo em 2011 e pré-candidato ao Senado por SP.

mais de 7% naquele ano e inéditos 87% de popularidade, o presidente Lula da Silva dizia que poderia eleger até “um poste”. E assim o fez. Com um trabalho competente de demolição das eventuais forças de oposição, distribuiu cargos e benesses a dezenas de partidos políticos. Auxiliado por um Partido de oposição socialdemocrata que nunca primou pela firmeza e convicção de princípios, reinou, mandou e desmandou e elegeu uma de suas menos dotadas asseclas: sua ex-ministra da casa Civil, Dilma Rousseff. Dilma fora escolhida por Lula, não por suas qualidades, mas por pura falta de opção já que nomes históricos do PT foram inviabilizados eleitoralmente por sucessivos escândalos de corrupção durante seu governo.

Em 2010, na ressaca da vitória de mais uma gestão do PT que viria a arruinar a economia e a sociedade brasileiras, aquele grupo de cariocas conscientes já havia aumentado de número. Travara dezenas de conversas com paulistas, mineiros, potiguares e outros que aconteciam sob a liderança de João Dionísio Amoêdo (1). Em diferentes encontros o questionamento era sempre o mesmo: como é possível um governo manter um modelo tão incompetente de administração pública e conseguir vitórias eleitorais sistemáticas? Os hospitais estão lotados e cidadãos morrem em suas filas, as escolas públicas estão, na sua maioria, aos frangalhos. Os índices de analfabetismo funcional crescem, a infraestrutura continua absolutamente emperrada em função da corrupção e da incompetência administrativa. Escândalos de corrupção são identificados a cada semana por toda a aparelhagem do Estado. Não seria possível levar um pouco da experiência administrativa do setor privado para o setor público? Não seria necessário levar pessoas novas que estivessem dispostas a levar suas expe-

riências para a administração pública? Com tantos impostos pagos porque não se recebe um serviço decente do Estado pelo menos em saúde, segurança e educação?

Havia alguns caminhos. O mais tradicional era “constituir um grupo dentro de um partido político já constituído” e de lá ocupar espaços de acordo com as oportunidades. O caminho tradicional sugeria o PMDB, ator presente em quase todas as arrumações políticas do governo federal desde a redemocratização. E independentemente da significância de pertencer a um partido que ninguém sabe ao certo definir a que veio, já que o que fez desde 1986 foi se compor com o poder constituído. Não foi difícil constatar que o sistema eleitoral e partidário brasileiro estava também aos frangalhos. Qualquer análise honesta da maioria dos partidos brasileiros comprovava que, com algumas exceções, os partidos não estavam muito preocupados com alguma ideologia. Há muito os partidos políticos tornaram-se administradores sofríveis de recursos públicos disponibilizados pelo fundo partidário. Os maiores partidos, PMDB, PT e PSDB, tornaram-se legendas que abrigavam alguns punhados de facções internas muitas vezes tão visceralmente opostas umas às outras que poderiam ser um outro partido político. As lideranças, com raríssimas exceções, também estavam desgastadas. A falta de renovação na política tornou-se crônica. A ocupação dos espaços políticos por lideranças coronelistas ou neocoronelistas matou o nascimento de uma geração de políticos. As ideologias estavam todas variando entre tons de vermelho e cor-de-rosa. O Brasil passara a ser um país onde fazer política deveria ser necessariamente tutelar o cidadão, dizer a ele o que deve fazer e o que deve pensar. Qualquer iniciativa de se criar, empreender, inovar, transformar

passou a ser um inferno na terra. Tudo pelo “social”, o Estado deveria ser o provedor, orientador e planejador da vida das pessoas. O resultado era justamente aquele que se verificava na vida real em 2010. Não tinha como dar certo manter um Estado perdulário, ineficiente e corrupto, aumentando de tamanho. A conta não iria fechar.

João Amoêdo decidiu então propor um projeto que pudesse contribuir para a mudança do quadro político que fosse além de uma fundação beneficente, um instituto acadêmico, uma organização não governamental ou uma entidade sem fins lucrativos. Era necessário criar um novo partido político. Um partido que representasse em primeiro lugar o pagador de impostos, o contribuinte. O produtor de riqueza, tão desprestigiado no Brasil do “social”. Que representasse o cidadão indignado com a burocracia, com o Estado dirigente, interventor e com as condições trabalhistas, fiscais e previdenciárias que inviabilizam qualquer empreendimento.

A saga para registrar o Partido Novo (2011-2015)

Para se criar um partido seguindo a lei partidária-eleitoral do Brasil era preciso cumprir três etapas. Realizar uma assembleia de fundação com representantes de pelo menos nove Estados da federação. Recolher pelo menos 500 mil assinaturas de apoiadores, certificando-as nos cartórios eleitorais. Entregá-las no Tribunal Superior Eleitoral para registro do partido. E assim foi feito. Em fevereiro de 2011, reuniram-se 181 pessoas no Rio de Janeiro para a assembleia de fundação. A maioria absoluta de profissionais liberais: engenheiros, médicos, administradores, advogados, professores, funcionários de empresas privadas e empreendedores.

Durante quatro anos e sete meses um grupo de abnegados trabalhou intensamente para conseguir as 500 mil assinaturas de apoio e encaminhar o registro. No período, pode-se vivenciar tudo aquilo contra o qual o Partido Novo quer lutar para mudar. Burocracia, corrupção, incompetência, estatismo, ideologia, má-fé e corporativismo. O modelo arcaico de acumulação de assinaturas conferidas manualmente estabelece a prerrogativa dos cartórios em negar assinaturas e não ter obrigação de justificar o posicionamento. Voluntários do partido tiveram que recolher mais de 1 milhão de assinaturas, principalmente depois de 2013, quando uma ordem superior provocou a queda de aprovação média geral de assinaturas de 70% para 30% em todos os cartórios. Aproximavam-se as eleições gerais de 2014 e não parecia desejável para o establishment que partidos como o Novo ou a Rede entrassem em campo para atrapalhar. (2)

O fato é que as 500 mil assinaturas certificadas do Partido Novo foram entregues no TSE em 25 de julho de 2014. Já impedido de participar das eleições gerais o partido aguardou diligentemente os 90 dias que a lei estabelecia para receber seu registro. Mas, não seria assim tão simples. Depois de atrasos justificados pela quantidade de trabalho gerada pelas eleições de outubro de 2014, recessos e férias, foram colocados questionamentos sobre os locais de entrega das assinaturas certificadas e a validade de assinaturas de anos anteriores. Depois de esclarecidas as questões, duas sessões de votações do TSE em Brasília postergaram a votação de registro do Partido Novo para que apenas em 15 de setembro de 2015 o partido fosse finalmente aprovado, ainda que por 5 votos a favor e 2 contra. Vale notar que um voto a favor foi resultado de posicionamento indiferente de um

juiz que condicionou seu voto à posição de outro colega que, fortuitamente, votou a favor, o que figuraria na verdade um 4X3.

A saga do registro do Partido Novo merece tal detalhamento porque é a demonstração cabal da insanidade do processo partidário brasileiro. Em qualquer democracia consolidada, o registro de um partido político é ação relativamente simples. No Brasil, como há recursos públicos fartos, disponíveis às legendas, a empreitada é bloqueada pelos partidos existentes e pelo próprio Estado, corporativo, burocrático, ineficiente, controlador e nesse caso antidemocrático. O Partido Novo e a Rede tiveram que aceitar que assim é que funciona o sistema de registro de partidos no Brasil, embora no mesmo período, o Solidariedade, dirigido por Paulinho da Força, o Partido Social Democrático (PSD), de Gilberto Kassab, e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), lançado pelos irmãos Gomes, do Ceará (que já não fazem mais parte da agremiação), tenham conseguido seus respectivos registros. Não cabe comentar nessa prestigiosa publicação como lograram fazê-lo.

Valores do Partido Novo

O Partido Novo nasceu calcado em sólidos valores. Trata-se de construir uma instituição que está acima das personalidades e das pessoas. O personalismo é um dos grandes vícios da política brasileira e contra ele o Novo quer deixar uma marca com ideias e valores muito claros que deverão ser seguidos por gerações de dirigentes e candidatos do Partido.

São cinco os principais valores defendidos pelo Novo. O *exercício das liberdades individuais com responsabilidade* é o primeiro deles. Todo cidadão tem direitos

e deveres que deve seguir. O Partido Novo acredita que cada indivíduo tem direito à vida, à propriedade e à felicidade e deve seguir sua jornada com a garantia desses direitos. Da mesma forma, deve exercer seus direitos com responsabilidade, consciente de suas consequências. Assim, o partido defende, por exemplo, a liberdade facultativa de exercer o direito de voto. Cada indivíduo deve decidir se quer ou não votar e pagar as consequências de sua isenção no caso de um governo que atue contra seus interesses.

O Novo credita ao *indivíduo e à sua iniciativa a origem da geração de riquezas*. É o indivíduo que cria, empreende e gera riqueza com seu trabalho e sua iniciativa. Sua liberdade para agir e empreender tem que ser garantida, e não reprimida ou condenada, como tem acontecido em dezenas de nações onde a tutela do Estado promove a condenação do indivíduo que cria riquezas. É o indivíduo o agente das mudanças, não o Estado, o governo ou outra entidade que não seja o indivíduo. É o indivíduo que vota, que critica, que participa da vida em sociedade.

Valor essencial para o Partido Novo é que todos são iguais perante a lei. O Novo defende com vigor o princípio da igualdade. Deve haver uma hierarquia das normas e um sistema institucional no qual qualquer indivíduo é submetido ao direito e às leis de forma isonômica, sem privilégios.

O *livre mercado* é condição sem a qual não há oportunidades iguais. As trocas devem ser feitas de maneira espontânea e a concorrência é vital para o aumento da qualidade e para a redução dos preços. O capitalismo deve se estabelecer em sua plenitude, longe de controles e intervencionismos que distorcem o mercado e privilegiam grupos aliados ao poder constituído.

Para o Novo, não há sociedade organi-

zada sem ter, constantemente no horizonte, uma visão de longo prazo. É dever do gestor público não onerar as futuras gerações. O planejamento das políticas públicas deve sempre se sobrepor às próximas eleições. Qualquer nação civilizada, com destaque para Japão, EUA, Alemanha, China ou Coreia do Sul, adotou como valor fundamental a avaliação de suas vocações, oportunidade e desafios no longo prazo.

Um estatuto de verdade

Desde sua fundação, o Partido Novo estabeleceu em seu estatuto algumas condições que definem bem sua percepção sobre como deve ser organizado o sistema político. Absolutamente fundamental é o posicionamento contra o financiamento público para partidos e candidatos. Para o Novo, os partidos políticos, assim como os sindicatos ou qualquer organização de representação coletiva, devem ser financiados com contribuições voluntárias. Deve prestar contas aos seus membros, e aqueles que não se sentem representados por ele têm a liberdade de deixar de contribuir. Presta-se um bom serviço ou perece. O partido é contra o fundo partidário em todas as suas modalidades. Atualmente, recebe o fundo partidário e o acumula em uma conta do Banco do Brasil em busca de uma finalidade que não seja os gastos do Partido. Só o faz para evitar que o recurso seja distribuído para os outros partidos no caso de se negar a recebê-lo. A legislação eleitoral é extremamente rígida com o recurso e não permite que este seja doado a qualquer instituição pública. Aquela rigidez típica que impede de o recurso ter um destino claro e transparente, mas não impede os partidos de usarem-no de forma imoralmente lícita, como fez o Pros ao comprar um helicóptero,

ou dezenas de partidos que têm suas contas recusadas pelos tribunais de contas. O destino do fundo partidário destinado ao Partido Novo ainda é incerto. Certo é que não será usado para despesas do partido. Aquela parte em que deve ser destinado à Fundação Novo (20%) e à política para as mulheres (5%) deve ser respeitada de acordo com a lei. O restante ainda tem seu destino incerto.

Também consta do estatuto do Novo, para arrepio dos políticos tradicionais, a separação entre aqueles que fazem a gestão do partido e a gestão de candidaturas e mandatos. No Partido Novo, aqueles que se dedicam à direção e à administração do partido não podem ser candidatos. Não há possibilidade de se ocupar um cargo público e ser dirigente do partido. Uma instância tem o compromisso de controlar a outra. Se um dirigente decidir concorrer, deve entrar no processo seletivo e se desligar da posição de comando em diretórios ou na administração. A seleção de candidatos segundo processo aberto, transparente e isonômico para qualquer candidato também é um diferencial do Novo. Qualquer membro do partido pode se pré-candidatar e deve passar por um processo de quatro etapas, que inclui uma entrevista, uma prova de checagem de alinhamento ideológico, um período de palestras e demonstração de liderança com metas para agregar filiações e uma etapa final de curso de ensino a distância sobre direito constitucional, competências e regimento do Congresso. Todos os candidatos deverão passar por um processo de avaliação para seguir os requisitos da ficha limpa.

Outra característica estatutária diferenciada do Novo é a limitação ao carreirismo político. Um candidato pode se reeleger uma só vez ao mesmo cargo público. Com a intenção de evitar mandatos ininterruptos que

acabam gerando vícios indesejáveis de atuação do parlamentar. O Novo estabelece que depois de uma reeleição o candidato volte à sua atividade privada ou inicie outra em posição pública diferente.

Os candidatos do Novo têm compromisso com gestão e atuação legislativa e seguem metas preestabelecidas. É crença do Partido que o exemplo de retidão tem que vir das instâncias de representação pública. Não se pode esperar uma sociedade moralizada com representantes que ajam de forma irregular. Ainda durante a campanha, os candidatos têm o dever de apresentar um plano de redução de despesas com verbas de gabinete, mordomias e benefícios. Devem expor seus principais planos de ação com esboço de projetos de lei de seu interesse e, não menos importante, projetos de eliminação de leis indesejáveis. É uma obviedade que não haja contribuições compulsórias ao partido, dízimos ou qualquer modalidade de realocação de recursos do candidato para o partido. As contribuições mínimas são iguais para todos os filiados, atualmente cravada no valor de R\$ 28,60.

O Novo no mundo das ideias

Os membros e os candidatos do Novo pertencem àquele grupo de indivíduos que, diante do dilema entre priorizar a liberdade ou a igualdade na definição das políticas públicas, priorizam a primeira. Compartilham a percepção de Alexis de Tocqueville, que enviado pelo governo francês para estudar o modelo prisional americano, em 1831, deparou-se com uma sociedade que primava pela democracia e pela liberdade e reconheceu a pujança da sociedade norte-americana, onde a liberdade estabelecia o norte das ações individuais e coletivas.

Nas relações da lei com o Estado, o Par-

tido Novo sublinha o que Frédéric Bastiat fez de forma sucinta e elementar no mesmo período em que Tocqueville desfrutava do sucesso de sua obra “A Democracia na América”. Em “A Lei” Bastiat demonstra como o Estado pode utilizar da lei para subverter e expandir os limites de sua funcionalidade e agredir os direitos individuais. Para Bastiat, assim como para o Partido Novo, a lei é a organização coletiva do direito individual de legítima defesa – o direito de defender a integridade, a liberdade e a propriedade. Se a lei fosse limitada a essa função os cidadãos estariam livres para trabalhar e seguros contra as injustiças. Fora desses limites a lei passa a destruir direitos e privilegiar grupos que usufruem de uma força coletiva que serve a poucos. O agigantamento do Estado social, um exemplo de desequilíbrio legal, cria um ambiente em que muitas pessoas querem viver às custas de outras. Se a lei é feita para tirar de uns para beneficiar a todos ela se desvirtua quando viola os direitos de propriedade em vez de garanti-los. E se desvirtua também quando qualquer pessoa decidir fazer leis, seja para proteger a si contra a espoliação, seja para se aproveitar dos outros.

No mundo atual, a sistemática produção de leis dirigidas a grupos específicos, uma indústria de direitos para mulheres, negros, políticos, artistas, homossexuais, transformou-se em ação de acumulação de privilégios oriundos do Estado. Entre os mais fundamentais questionamentos de Bastiat está a ideia de que era necessário organizar a sociedade, reprimindo as liberdades e favorecendo as ideias de um grupo de iluminados organizadores sociais. Se o homem na sua natureza é tão mau que se deve privá-lo da liberdade, como se explica que o comportamento dos organizadores possa ser diferente? Por acaso os legisladores não fariam

parte do gênero humano? E aí então, como se pode imaginar uma fraternidade compulsória se ela só faz sentido se for voluntária? A fraternidade, imprimida nos ideais da Revolução Francesa e depois corrompida pelo ideário socializante só faz sentido se for uma ação individual e de vontade unilateral. A fraternidade forçada destrói a liberdade.

Foi Ortega y Gasset, horrorizado com os movimentos autoritários da Europa na década de 30 do século XX, que defendeu a existência de indivíduos tolerantes, e não de massas medíocres, homogêneas e sem ideologia. Diante dos movimentos de massa do fascismo, nazismo e do comunismo, recordou que a suprema forma de generosidade é o direito que a maioria concede às minorias e, por isso, “o grito mais nobre que alguma vez se ouviu no planeta”. Trata-se da determinação de partilhar a existência com o inimigo, mais do que isso, com um inimigo que é mais fraco. Ortega y Gasset se manifestava incrédulo que a espécie humana pudesse tomar atitude tão nobre, tão paradoxal, tão refinada, tão acrobática, tão antinatural de partilhar com o mais fraco.

Benjamin Constant, huguenote contemporâneo de Tocqueville e Bastiat, também foi seminal na questão do eventual despotismo da maioria presente no conceito de *Vontade Geral*, de Rousseau. A liberdade do cidadão ameaçada pelo Estado e pelas suas leis mereceria atenção e controle constante, que em boa parte devem ser feitos por uma imprensa livre. Constant estabeleceu uma lista de liberdades básicas que o Novo replica ainda no século XXI: liberdade de pensamento, liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade de opinião, garantia de propriedade e proteção contra decisões arbitrárias. A lei deve ser igual para todos.

A aplicação igual da lei para todos, valor

fundamental para o Novo, leva à exclusão dos “interesses parciais”, conceito desenvolvido por John Rawls em a “Teoria da Justiça”. A lei adquire, assim, um caráter justo, um tema que desde os seus primórdios é base para o Liberalismo. Segundo Rawls, na situação hipotética em que os formuladores das leis estivessem isentos de interesses pessoais que não fossem uma justiça *justa*, resulta-se um contrato com dois princípios, o da liberdade e o do direito à diferença. O primeiro garante as liberdades (praticamente as mesmas elencadas por Constant), mas o segundo defende que as diferenças sociais e desigualdades econômicas só serão consideradas justas quando os membros menos favorecidos da sociedade também puderem ganhar com a distribuição desigual de ganhos e de oportunidades. Esse interessante elemento de distribuição econômica ou de liberdade negativa é o que mais se aproxima da ideia de lidar com o combate à miséria do Novo. Por exemplo, no caso brasileiro, o apoio a políticas como a do programa “bolsa família” dá aos menos favorecidos a chance de ganhar, ou encontrar oportunidade, em um ambiente natural de desigualdade.

Sistema de seguro social

Se o Estado pode perverter as leis, ele também escraviza. O Novo segue a referência de Frederik von Hayek quando se trata de alertar para os perigos da tirania do governo controlador, interventor e com uma economia de processo decisório centralizado. Em sua indispensável obra “O Caminho da Servidão”, alerta que o abandono do individualismo leva à perda de liberdade, à criação de uma sociedade opressiva, tirana e de servidão. O governo tem, sim, o dever de prevenir a fraude e é base de seu funcio-

namento uma atividade legislativa intensa e transparente que previna a farsa legal, a legislação orientada para grupos privilegiados e a exploração da ignorância e da fé. Ainda na linha da referência que fizemos a Rawls, Hayek também observa a necessidade de uma rede de proteção aos menos favorecidos. Referindo-se a uma sociedade mais homogênea, ainda que fosse o Reino Unido dos anos 1940, Hayek endereçava um mínimo de alimento, proteção e abrigo, suficiente para garantir saúde das pessoas, sem que isso colocasse em risco a liberdade geral. Também não via razão para que o Estado não criasse um sistema de seguro social que assegurasse a todos a proteção básica aos riscos da vida que poucos têm condição de combater. Em suas palavras, e para os desinformados que julgam a ideologia liberal e os valores do Novo desconectados da realidade de um país continental e com desigualdades profundas, “nenhum sistema de governo pode ser racionalmente defendido se o Estado nada fizer”.

As ideias do Novo também têm evidente referência em Ludwig von Mises. Além da abrangente visão sobre a liberdade econômica, em suas “Seis Lições”, palestras ministradas em 1959, em Buenos Aires, Von Mises tratou sobre políticas e ideias. Ali avaliou como as políticas e ideias democráticas foram sendo deturpadas ao longo dos anos até chegar ao ponto de os políticos buscarem atender a seus próprios interesses e ao seu grupo de interesse, e não mais o benefício da sociedade como um todo. Para reverter a situação, bem típica do que acontece no sistema de sub-representação política do Brasil, é necessário fortalecer as representações partidárias e reduzir a força dos grupos de pressão. Ainda em 1959, Mises expunha sobre a decadência aos parlamentos da Fran-

ça, do Reino Unido e dos EUA: “hoje não se fala (nos parlamentos) sobre a Liberdade; fala-se sobre a majoração do preço do amendoim”. As mudanças para pior, dizia, eram (e são) frutos do intervencionismo e reduzem consideravelmente o poder que têm os representantes de resistir às aspirações de tiranos, ditadores e, incluímos aqui, os populistas contemporâneos. O Novo busca resgatar os representantes que debaterão ideias de interesse geral, universal, dentro do parlamento brasileiro.

Direito à liberdade e à propriedade

A pensadora Ayn Rand não poderia ficar de fora das referências do Partido Novo. Sua filosofia destaca as noções de individualismo, livre iniciativa e capitalismo. Entre seus ensinamentos, destacam-se a ação humana pela racionalidade, um egoísmo entendido como a não obrigação de se sacrificar pelos outros sem expectativas de que os outros se sacrifiquem por ninguém. Governos servem para proteger os direitos do indivíduo à sua vida, à liberdade, à propriedade e à busca da felicidade. Devem também defender a menor minoria que existe – o indivíduo. Nunca grupos de pressão ou coletivos vitimizados. E o Estado deve priorizar as estruturas da polícia, do exército e das cortes legislativas, financiando suas atividades com a contribuição voluntária dos cidadãos.

O Brasil nunca aplicou uma gestão liberal na sua história independente, desde o império ou na república. Homens importantes procuraram trazer o pensamento de políticas liberais aos debates políticos, mas sempre com grande dificuldade de ganhar simpatizantes. Miguel Reale foi um dos que pregou o liberalismo social no Brasil e em

uma série de artigos compilados, “Variações 3”, definiu o liberalismo como “um sistema solidário de bens e valores que o homem realiza graças à atividade espiritual exercida em sintonia com as leis da natureza”. O antropólogo Roberto DaMatta também expõe em “Carnavais, Malandros e Heróis” a dificuldade de se estabelecer no Brasil um ambiente liberal, de liberdade individual e pluralista, com a formação de instituições patrimonialistas tão arraigadas. O intelectual e diplomata José Guilherme Merchior, em “O Liberalismo. Antigo e Moderno”, faz análise completa do potencial do desenvolvimento do indivíduo e do liberalismo como uma verdadeira visão de mundo. Seu grande mentor, e talvez a maior referência brasileira do pensamento liberal e das ideias que são simpáticas ao partido Novo, é o também diplomata e economista Roberto Campos. Campos enfrentou toda a vida o nacional-desenvolvimentismo que marcou a história do “Capitalismo de Estado” no Brasil. Seu confronto contra a mediocridade, contra o coletivismo, pela democracia e pelo capitalismo foi intenso. Entre inúmeras obras e frases marcantes, uma delas resume as motivações de trabalho e ação do Partido Novo: “A brutalidade confiscatória do fisco é um fator sério de retardamento econômico. É francamente de causar indignação ver médios representantes da burocracia oficial declamando que pagar impostos é 'cidadania'. Cidadania é exatamente o contrário: é controlar os gastos do governo”.

A mudança, portanto, que o Partido Novo propõe é nos conceitos e nas atitudes. O personalismo e o salvador da pátria devem ser substituídos pelas instituições e pelos indivíduos livres transformadores do seu entorno. O prestígio deve ter quem teve sucesso, e o sucesso deve ser resultado do trabalho.

A síndrome de vítima não tem mais lugar na sociedade brasileira contemporânea. O país dos coitadinhos será substituído pelo país dos realizadores. O Estado não existe para ajudar o próximo. Depende daqueles que criaram a riqueza viabilizar melhores condições para aqueles que necessitam de apoio. A generosidade e a fraternidade, como expõe Bastiat, são ações voluntárias. E elas acontecem em nações onde a liberdade permite ao cidadão decidir e contribuir para o bem comum. A mão de ferro do Estado, a que se atribui a função de distribuir riqueza, é a fonte da corrupção e dos privilégios.

A experiência das eleições municipais de 2016

Assim que conseguiu o registro, em setembro de 2015, o Partido Novo partiu imediatamente para o planejamento de sua primeira experiência eleitoral: as eleições locais de 2016. Consciente de que não teria condições estruturais para concorrer em 5.570 municípios do Brasil, os dirigentes do partido debateram qual seria a melhor estratégia para iniciar a atuação do Partido. Em vez de focar suas energias em um pequeno município (e com a eventual vitória apresentar um modelo de gestão transformador que servisse de vitrine para a legenda), optou-se por focar as energias no lançamento de candidatos a vereança e prefeitos em cinco capitais que pudessem dar destaque e visibilidade ao partido: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Em todos eles já havia grupo de voluntários suficiente e organização necessária para campanha. A cidade de Recife teria sido também parte do primeiro esforço, mas não havia estrutura suficiente para tamanho desafio.

Um exercício inédito de seleção de can-

didatos foi realizado. Uma seleção via internet foi aberta para vereadores e prefeitos nos cinco municípios. Mais de 400 inscritos foram entrevistados e avaliados com prova escrita de conteúdo de administração pública. Cerca de 150 iniciaram campanha para vereador nas cinco cidades. Selecionou-se apenas um candidato a prefeito, no caso, para o Rio de Janeiro, a administradora e professora da Fundação Getúlio Vargas, Carmen Migueles.

Os resultados não poderiam ter sido melhores. O Novo foi o sexto ou sétimo partido com maior número de votos nas cinco cidades em que concorreu. Superou legendas com grande tradição. Sem utilizar recursos do fundo partidário, com um espaço mínimo de televisão de seis segundos, quatro inserções e sem coligação com nenhum partido, a candidata à Prefeitura do Rio de Janeiro alcançou 1,3% dos votos, cerca de 40 mil votos. O jovem engenheiro Leandro Lira foi eleito vereador no Rio de Janeiro com 35 mil votos, o décimo mais votado. Em São Paulo, foi eleita a vereadora Janaína Lima, também jovem advogada que obteve 19 mil votos. A totalidade de sufrágio nos candidatos e na legenda no município de São Paulo foi de 142 mil votos. Em Belo Horizonte, foi eleito o combativo advogado Mateus Simões e, em Porto Alegre, Felipe Camozzato, que ficou em quinto lugar entre os mais votados. Em Curitiba, o Novo não elegeu vereador por apenas 400 votos. Todas as campanhas foram feitas com recursos limitados e auxílio relevante das redes sociais. Os quatro vereadores eleitos cumpriram suas promessas de campanha nas primeiras semanas, reduzindo pela metade os gastos de seus gabinetes e em até 70% o número de assessores. Em São Paulo, a economia gerada pela vereadora Janaina Lima alcançou R\$ 1 milhão por ano,

R\$ 4 milhões no mandato, negociados com a presidência da Câmara para servirem a Projeto de Lei de integração de ações para crianças de 0 a 6 anos, aprovado por 54 dos 55 vereadores da casa. Em um ano de mandato, os quatro vereadores mostraram que é possível ganhar eleições com poucos recursos e viabilizar projetos mesmo que sem bancada nas respectivas câmaras. Tornaram-se fiscais das contas de seus prefeitos e combatentes aguerridos contra aumento de impostos e de despesas. Legislaram a favor de melhorias no ambiente de negócios de suas cidades e trabalharam pelo empreendedorismo e pela educação básica, competência municipal.

Ação nas eleições gerais de 2018

As eleições gerais de 2018 são as mais importantes eleições da história republicana. É a última chance que o Brasil tem de retomar o desenvolvimento e enriquecer antes de sua população envelhecer. No período dos próximos 20 anos, enfrentaremos a estabilização da curva demográfica do crescimento vegetativo nacional. O Partido Novo abriu o processo seletivo e definiu pré-candidaturas durante o ano de 2017 e deverá concluí-lo em março de 2018. Lançará candidato à Presidência da República, a governadores de estado para Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e, talvez, para Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Senadores em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e mais de 400 candidatos a deputado federal em 19 Estados da federação e deputados estaduais nos Estados em que lançar governadores. O objetivo e prioridade do Partido são construir uma bancada relevante na Câmara dos Deputados e, quiçá, uma representação também no Senado Federal. O Partido está

convencido de que o único caminho possível dentro das regras institucionais para se transformar o Brasil é atuando dentro do Congresso Nacional. O Partido não fará ligações e não utilizará o fundo partidário nem o bilionário fundo eleitoral, indigesta novidade aprovada recentemente. Seus recursos serão todos oriundos de seus 16 mil filiados contribuintes, outros milhares que ainda devem se incorporar e de doações de pessoa física ao partido e a cada candidato. Cada candidato também busca recursos de pessoas físicas de forma individual.

Fundamental registrar que há um processo seletivo de candidatos absolutamente inédito e consolidado no Novo. Dividido em quatro fases, é composto por entrevista e análise da ficha do candidato por membros dos diretórios definidos aleatoriamente. Uma terceira fase de avaliação de performance em apresentações para público aberto, cumprimento de metas para atrair filiados e comprovação de boa comunicação e liderança é concluída com uma quarta fase de curso de ensino a distância sobre Direito Constitucional que incorpora conhecimento das estruturas dos três poderes, competências e cláusulas fundamentais da Constituição Federal. Aprovado na avaliação do curso, o sujeito ganha a condição de pré-candidato a ser confirmada nas convenções partidárias de junho de 2018.

O Brasil que temos e o Brasil que queremos

Como todos os partidos no Brasil, o Partido Novo dispõe legalmente de uma fundação, a Fundação Novo. Sua missão é organizar e manter um acervo em permanente discussão e evolução, refletindo as ideias e anseios dos filiados e simpatizantes. Ela é

dirigida pelo economista e ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Durante o III Encontro Nacional do Partido Novo, realizado em novembro de 2017, em São Paulo, Franco apresentou um programa econômico com 11 princípios e valores que bem esclarecem as intenções do Partido para levar o Brasil ao clube dos países livres, prósperos e democráticos. Abaixo seguem conforme foram apresentados:

1. Objetividade

As ações do Estado devem se guiar por princípios simples e ter em mente *benchmarks* práticos e exatos conforme padrões internacionais e aferidos de forma independente (*Doing Business*, HDI, Liberdade Econômica, entre outros), adicionalmente a metas econômicas. É preciso haver avaliação de resultados *ex post*, do contrário apenas contam as boas intenções *ex ante* e vão se acumulando sucessivas gerações de programas e respectivas estruturas burocráticas que nunca se sujeitam a avaliações e ao risco de descontinuidade.

2. Equilíbrio (responsabilidade fiscal)

Infeliz da Sociedade que impõe ao Estado deveres sob a forma de despesa, para os quais não lhe entrega, sob a forma de tributos, os recursos para executar. Ou que cria obrigações futuras (sob a forma de dívidas e pensões); que não economiza para depois cumprir. Quando a Sociedade condena o Estado ao desequilíbrio, as políticas públicas necessariamente serão predatórias: vão tributar os pobres através da inflação ou penhorar o futuro com dívidas impagáveis. O ausente é sempre vulnerável e cabe ao Estado proteger categorias conceituais como contribuintes e consumidores, que são hipossuficientes apenas pelo fato de que não se acham repre-

sentados nas decisões de políticas públicas. A ideia de responsabilidade fiscal implica o equilíbrio fiscal intertemporal e a organização institucional do Estado para que decisões responsáveis sejam tomadas.

3. Simplicidade

Mesmo equilibrado, o Estado pode ser intrusivo, excessivo, equivocado e corrupto. É o que se observa no Brasil, onde é necessária a redução do tamanho (e do escopo) do Estado, para torná-lo mais produtivo e mais honesto, além de financeiramente sustentável. O Estado deve ser simples. A simplicidade é o atributo equivalente à “eficiência” ou à “produtividade”, ou à capacidade de fazer muito com pouco. Economicidade (designação do direito administrativo) ou “moderação”, ou algo como o “papel coadjuvante”. O Estado existe para servir ao cidadão não para dar razão de existir ao funcionário público. O Estado não é um fim em si mesmo, não pode ser um peso para a sociedade.

4. Leveza

O mesmo vale para as empresas privadas, das quais se exige (ou se deseja) competência, produtividade, agilidade, dinamismo e criatividade. O futuro será de mais: serviços, ativos intangíveis, *knowledge based goods*, marcas, comércio eletrônico, software embarcado e conectado, modelos de negócios ensejados pela web (Google, Uber, entre tantos). Todas essas coisas se distinguem pelo fato de que não têm peso. Comparações de valor dessas empresas “leves” com as “antigas” são fáceis. É preciso lembrar-se disso para combater o discurso nostálgico da desindustrialização: o fenômeno é mundial e é muito mais uma questão de automação do que de *offshoring* na direção da China. O valor adicionado não se concentra na ma-

nufatura, mas nas etapas mais intensivas em conhecimento do processo produtivo, que são o *design* e, na última etapa, o *branding* associado aos canais de distribuição.

5. Concorrência

A produtividade e a criatividade não resultam de voluntarismo ou de programas governamentais, mas de incentivos de mercado a indivíduos e a empresas capacitadas. A produtividade é um indicador de desempenho, que, por sua vez, decorre de conduta, que é o comportamento motivado por incentivos dentro de determinada estrutura de mercado. Estrutura-conduta-desempenho é o conhecido paradigma da organização industrial. Estruturas de mercado caracterizadas pela concorrência produzem condutas de excelência e de busca continuada do aperfeiçoamento, o que produz o crescimento da produtividade e da competitividade de forma sistemática. Trata-se aqui de estabelecer a concorrência como norma básica da organização econômica, em oposição ao Capitalismo de Estado, misto, tutelado ou orientado pelo Estado, e de fazer desaparecer da legislação concorrencial (consumerista) o ranço dirigista e anticapitalista da época dos “crimes contra a economia popular”.

6. Livre iniciativa

A Constituição fala em seu preâmbulo sobre “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (Artigo 1, IV) como princípios fundamentais da organização do Estado. Este programa procura elevar o valor do produto do trabalho e ampliar a importância da empresa, a expressão institucional da livre iniciativa e o *locus* do progresso, do emprego e da inovação. O país precisa prestigiar o empresário, grande, médio e pequeno, o empreendedor da birosca e o da internet. Todos são

trabalhadores, com a diferença de que quem empreende cria trabalho.

7. Extroversão

Estabelecer a abertura e a conectividade como princípios básicos de interação com outros países, empresas e indivíduos, reduzir barreiras, adotar padrões internacionais, aprender línguas estrangeiras, entrar em redes e mercados novos. A autossuficiência é uma proposição fracassada e ultrapassada e não é sinônimo de soberania. O isolamento e seu “primo simpático” (apenas na aparência), o mercantilismo, tem feito o Brasil ficar para trás em um mundo em rápido dinamismo. O isolamento eleva de forma perigosa a vulnerabilidade externa, além de dissociar o país da corrente de progresso criada pela globalização. Os contrastes entre Brasil e Coreia do Sul nesse terreno são vexatórios. Nada é mais tolo em nossos dias que o raciocínio (popular entre os acostumados com a proteção) que o comércio exterior é um jogo de soma zero.

8. Horizontalismo

Estabelecer a “não seletividade” (impessoalidade), ou a igualdade de acesso às políticas públicas, como regra básica das políticas públicas. O Estado deve corrigir injustiças, quando possível e factível, deve “focalizar” políticas sociais, mas, com relação às empresas, deve evitar eleger “campeões”. A seletividade é facilmente deturpada no Brasil e rapidamente se torna seletivismo, clientelismo, rentismo (*rent-seeking*) e privilégio adquirido. Este é um país cordial e propenso a transformar todos os amigos em “favoritos” e os desfavorecidos em pensionistas do Estado, na forma de clientelas políticas. O Estado deve tratar a economia de forma horizontal, oferecendo oportunidades iguais a todos.

Portanto, deve se preocupar com questões sistêmicas, holísticas e macroeconômicas.

9. Equidade

Os indivíduos não são iguais; viva a diferença! O combate à desigualdade deve se fazer através do combate à pobreza (esta sim o verdadeiro problema), da promoção da criação de riqueza, e não através da tributação excessiva ou da condenação do sucesso (ou do talento). A empresa & empresário de sucesso não empobrecem o país – ao contrário, criam a riqueza –, embora, paradoxalmente, o sucesso empresarial possa elevar a desigualdade. A riqueza das nações não é resultado da exploração ou do imperialismo, mas de inovação, sobretudo quando contagiosa e na presença de uma cultura de progresso e empreendedorismo.

10. Individualismo

A devolução dos poderes ao indivíduo para que comandem suas decisões econômicas (de poupança e de emprego) é imperativa e confronta a ideia da tutela generalizada do Estado para gerar “poupança compulsória” (através do FGTS e do FAT, por exemplo) e para indisponibilizar direitos do trabalhador, sempre considerado hipossuficiente ou incapaz. A existência de populações vulneráveis não justifica o amplo domínio que o Estado exerce sobre as escolhas dos indivíduos com respeito à sua poupança e suas relações de trabalho. Em uma ordem social regida pela livre iniciativa os indivíduos devem dominar suas escolhas sobre sua poupança e seu trabalho.

11. Transparência

Diz-se que a corrupção é dada por uma equação [Corrupção = ψ * [Monopólio + Arbitrariedade – Transparência], onde ψ é

o tamanho do Estado. Ou seja, quanto mais distantes do mercado estiverem as relações entre o público e o privado, quanto mais discricionárias as decisões, e quanto menor a transparência, maior será a corrupção. E quanto maior e mais complexo é o Estado, maior a corrupção. O combate à corrupção começa com a definição do tamanho e da complexidade do Estado. Continua com a mecânica decisória e sua visibilidade e termina, ou não, com a capacidade de punir. É fundamental aproveitar o impulso proporcionado pela Lava Jato para avançar nas

cautelais institucionais necessárias para o combate à corrupção. A economia de mercado, com sua implacável impessoalidade, deve ser vista também como uma arma imprescindível no combate à corrupção.

Os 11 princípios ilustram com precisão o que deve ser seguido para orientar as ações e os programas que o Novo apresentará e desenvolverá durante a campanha eleitoral de 2018. E que no mais curto espaço de tempo possível possam ser aplicados no exercício do poder.

Para o bem do Brasil.

(1) *João Amoêdo, 55, engenheiro civil pela UFRJ e bacharel em Administração pela PUC/RJ. Foi diretor executivo do Banco BBA-Creditansalt S.A. Em 1999, assumiu a gestão da financeira do banco, a Finústria, que foi vendida para o Banco Itaú. Em 2004, Amoêdo assumiu a vice-presidência do Unibanco e, em 2009, passou a ser membro do conselho de administração do Itaú-BBA, cargo que ocupou até 2015. É pré-candidato a Presidente da República em 2018.*

(2) *Note-se que em 2013, a pré-candidata Marina Silva ainda pretendia lançar sua candidatura pela Rede se o registro fosse viabilizado. A dificuldade em se viabilizar o registro foi uma das motivações de aproximação com o candidato Eduardo Campos do PSB, unindo esforços para tentar afastar do poder a máquina do PT.*

A (Urgente) Mobilização da Sociedade Pelas Causas Estruturais do Brasil

.....
LUANA TAVARES

Introdução

Este artigo visa trazer à luz a discussão sobre as causas estruturais que o Brasil precisa vencer e como vem se dando o modelo de atuação do Centro de Liderança Pública (CLP) no que se refere à mobilização da sociedade em prol desta agenda.

O CLP é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, criada em 2008 com o objetivo de melhorar o Estado brasileiro por meio da formação de líderes públicos que querem transformar o país e da mobilização

da sociedade por mudanças estruturais necessárias para o fortalecimento das instituições democráticas e o aumento da qualidade da gestão pública brasileira.

Acreditamos que o desenvolvimento de lideranças públicas que coloquem os interesses da sociedade à frente em suas decisões é um dos caminhos para alcançarmos a real mudança de cultura na gestão pública e na política. Entendemos, também, que a cultura é traduzida na junção de três componentes centrais: as pessoas, os processos e os valores de uma organização.

Para que haja mudança de cultura, é preciso também rever a atual estrutura legal, financeira e política do país, para que a atuação das boas lideranças seja possível, e que o caminho para o surgimento de novas lideranças seja pavimentado. É preciso criar um ambiente onde a inovação, a eficiência e a meritocracia sejam valorizadas.

Com isso, será possível imaginar um Brasil no qual o estado de direito se sobreponha ao voluntarismo dos populistas e demagogos; uma nação capaz de aumentar a responsabilização dos políticos e o engajamento da sociedade em torno das reformas essenciais que garantam a abertura da economia, a competitividade internacional do Brasil e a segurança jurídica no cumprimento da leis; a existência

.....
LUANA TAVARES é diretora executiva do Centro de Liderança Pública (CLP). Possui mais de 12 anos de carreira dedicados à gestão organizacional e a projetos de melhoria da gestão pública e do Estado brasileiro. Atualmente, faz parte do Conselho de Governança e Gestão do programa Goiás Mais Competitivo e Inovador do Estado de Goiás, do Conselho Consultivo da Muove Brasil e do Conselho Executivo de O Poder do Voto. É formada em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá e Pós-Graduada em Administração de Empresas (Ceag) pela FGV/SP, com especialização em Gestão e Estratégia Empresarial. Realizou programas de formação em Política e Educação na Harvard Extension School e Negócios na Boston University. Além disso, concluiu especialização em Gestão de Projetos pela Fundação Vanzolini – Poli/USP e em Finanças pelo Insper. Luana realizou, também, duas outras certificações, ambas na Harvard Kennedy School of Government, uma em Gestão e Liderança para Líderes Públicos, em 2015, e outra em Desenvolvimento de Lideranças, em 2016 – “The Art and Practice of Leadership”, ministrada pelo Professor Ronald Heifetz. luana@clp.org.br

de um Estado eficiente na prestação de serviços aos cidadãos, no qual a política de resultados, a meritocracia e a valorização dos servidores públicos pautarão a implementação e a avaliação de políticas públicas.

Por isso, além de atuar fortemente no desenvolvimento de lideranças, também adotamos causas estruturais para melhorar questões sistêmicas ligadas ao funcionamento do Estado brasileiro, tais como o sistema previdenciário e político-eleitoral do país. E para que tais mudanças aconteçam, a participação da sociedade (organizada ou não) é primordial.

A seguir, discutiremos sobre como este trabalho de mobilização vem sendo realizado, seus desafios e resultados a partir de experiências recentes na criação de movimentos e ações a favor das reformas estruturais, além de um panorama sobre a crise de confiança nas instituições e seus possíveis desdobramentos para o nosso país.

Confiança nas instituições: uma crise mundial e seu risco

No início de 2017, foi divulgado pela 17ª vez o estudo global Edelman Trust Barometer, promovido no Brasil pela agência de comunicação integrada Edelman Significa. O estudo avalia 28 países e apresenta dados extremamente relevantes no que se refere à confiança da população nas instituições nacionais. Nessa edição, os dados demonstram a maior queda já registrada na confiança em todas as instituições representativas: empresas, governo, ONGs e mídia. Entre os 28 países analisados, 21 apresentaram queda na confiança.

No Brasil, tivemos queda da confiança em três das quatro instituições: nas empresas, de 64% para 61%; nas ONGs, de 62%

para 60%, e na mídia, de 54% para 48%. Ainda que a confiança no governo tenha apresentado pequeno sinal de melhora, com 3 pontos, carrega apenas 24% da confiança da população. Com tal pontuação, a sociedade brasileira está colocada na antepenúltima posição de confiança no poder público, à frente somente da África do Sul e da Polônia.

O estudo também mostra que 53% dos entrevistados (33 mil pessoas) acreditam que o sistema atual entrou em colapso de modo geral. Ou seja, é injusto, dá pouca esperança e confiança nas decisões que serão tomadas e em seu desdobramento para o futuro. Apenas 15% avaliam que está funcionando e cerca de um terço não tem certeza. No Brasil, o cenário é ainda mais crítico, pois 62% das pessoas afirmam que o sistema falhou, 13% acreditam que ele funciona e 1 em cada 4 dizem que estão incertos.

O cenário de um modo geral tende a impactar diretamente as maiores preocupações da população mundial, que incluem a corrupção (40%), imigração (28%), globalização (27%), o desgaste de valores sociais (25%) e a inovação tecnológica (22%). Diante de um cenário com a Lava Jato e outras operações que investigaram e indicaram uma série de políticos e empresários, 70% dos brasileiros pesquisados estão temerosos com a corrupção.

A falta de crença no sistema e nas instituições alimenta o medo, e movimentos populistas tendem a surgir. Além disso, nota-se uma inversão na pirâmide de influência, onde a menor parcela da população, que é mais informada e, historicamente, provida do papel de autoridade e influência nacional, perde o efeito e passa a ser influenciada pela população geral de uma sociedade. Tal inversão pode gerar benefícios em termos de en-

gajamento cívico, dada a ausência de lideranças de estadistas e profunda descrença nas instituições. De todo modo, retrata o dilema de uma sociedade e um mundo em busca de uma nova configuração nas relações sociais, políticas e econômicas.

Por outro lado, comparando com o índice global (52) e com as outras instituições no Brasil, a confiança nas empresas, apesar da queda, ainda é alta (61%). As empresas são vistas como as únicas que podem fazer a diferença. Globalmente, três em cada quatro entrevistados concordam que uma empresa pode tomar medidas tanto para aumentar os lucros quanto para melhorar as condições econômicas e sociais da comunidade onde atua. No Brasil, o número é ainda mais alto: 86%. Com este cenário, podemos concluir que há um sentimento positivo da sociedade sobre o papel das empresas e dos empresários de um modo geral, e uma alta expectativa com o papel das instituições privadas em relação ao futuro do país, o que reforça ainda mais o tema em discussão no âmbito deste artigo.

A atuação do Centro de Liderança Pública

O Centro de Liderança Pública foi fundado em 29 de fevereiro de 2008 por Luiz Felipe d’Avila, cientista político brasileiro, com mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School, onde está a instituição na qual a organização brasileira foi inspirada: o Center for Public Leadership de Harvard. Luiz Felipe d’Avila dotou esse centro como modelo para desenvolver uma organização no Brasil que também ajudasse a formar e empoderar líderes públicos para melhorar as políticas públicas e fortalecer as instituições democráticas.

Como metodologia de desenvolvimento

de lideranças, o principal *framework* utilizado no CLP é a liderança adaptativa, que tem como principais teóricos Ronald Heifetz e Marty Linsky, professores da escola de governo de Harvard – a Kennedy School. Essa abordagem possui uma orientação pragmática e objetiva analisar a melhor forma de engajar pessoas para enfrentar desafios complexos de mudança de cultura, comportamento e valores e levar um determinado ambiente a prosperar – metodologia esta que é especialmente útil e aplicada para produzir mudanças nos governos e institucionalizar políticas públicas na sociedade.

A atuação do Centro de Liderança Pública teve início com um workshop para 18 prefeitos brasileiros, que teve como objetivo desenvolver competências em liderança adaptativa e formar também para os desafios técnicos enfrentados na gestão das prefeituras. Após os primeiros anos de atuação nesse formato e uma série de programas de liderança e gestão realizados para diversas áreas da administração pública, concluiu-se que um dos grandes desafios deste público era a realização de um diagnóstico profundo e confiável para apoiar a definição de prioridades do governo, primeiro passo de um bom planejamento.

Ao mesmo tempo, o país dava sinais de baixo potencial de crescimento, tendo em vista uma série de decisões econômicas protecionistas e equivocadas que estavam sendo tomadas em meados de 2011 e que seguiram o mesmo rumo de maneira acentuada nos anos seguintes. Portanto, era também necessário desenvolver estudos e ferramentas que ajudassem a acelerar o processo de priorização das grandes pautas de desenvolvimento do país por meio dos estados e municípios, além de influenciar de forma efetiva e pragmática a agenda de políticas estruturantes no

Brasil. A partir dessas reflexões, o CLP organizou sua atuação em dois eixos centrais, o desenvolvimento de lideranças e a mobilização por causas estruturantes do país.

Acreditamos que:

1) O Brasil precisa de uma nova safra de estadistas. Os desafios políticos são cada vez mais complexos e exigem mais capacidade dos líderes públicos em resolvê-los com pensamento no longo prazo e visão de estadista, ou seja, colocando os interesses do país acima de seus interesses pessoais ou eleitorais. Necessitamos de lideranças cientes de que o seu papel primordial é preservar o bom funcionamento das instituições democráticas e promover mudanças de cultura, de crenças e de atitudes que ajudem a estancar a proliferação de três grandes males que assolam o país: a corrupção, o populismo e a má qualidade da gestão pública.

2) A capacitação e a valorização de servidores e gestores públicos são vitais para melhorar a qualidade da gestão dos recursos e dos serviços públicos. O Estado predador, ineficiente e corporativista, que consome 37% do PIB em impostos dos brasileiros e oferece em troca serviços públicos de péssima qualidade, é o fator que mais contribui para afastar o cidadão do Estado e reduzir a confiança do eleitor na democracia. Temos de institucionalizar a cultura de desempenho por resultado no setor público para transformar o Estado em um verdadeiro provedor de serviços de qualidade para a população. A melhoria da gestão pública é vital para restaurarmos a confiança do cidadão no governo e nas nossas instituições democráticas.

3) Temos obrigação de deixar como legado um país melhor para as próximas gerações. Os bons exemplos de gestão e de liderança precisam ser difundidos pelo país para servir de inspiração para outros governantes e gestores, enriquecer a troca de experiências, erros e acertos entre eles e envolver os cidadãos no debate sobre ganhos e perdas das escolhas políticas. Assim, contribuimos para a formação de novos líderes, melhores gestores e também de cidadãos mais conscientes e preparados para fazer suas escolhas.

E, com base nestas crenças, atuamos fortemente na realização de programas de formação de curta e longa duração para governantes e gestores públicos que queiram transformar o país. Dentre os programas existentes, está o MLG – Master em Liderança e Gestão Pública, uma pós-graduação *latu-sensu* com duração de 15 meses que forma, desde 2014, anualmente, 35 líderes públicos de todas as regiões, setores e esferas do país. Desde 2008, mais de 6 mil líderes públicos de todo o país já passaram pelas formações do CLP.

Além disso, a partir de uma análise de prioridades nacionais com alto impacto para a melhoria do funcionamento do Estado versus janela de oportunidade política e conjuntural, o CLP definiu junto com o seu Conselho Consultivo uma agenda de causas que o país precisa enfrentar até 2022. São elas, a Reforma da Previdência, a Reforma Política, a Reforma Administrativa – no que tange a Lei do Funcionalismo Público, a retomada da Competitividade Nacional e a Responsabilidade Fiscal Parlamentar.

As reformas da Previdência e Política, por exemplo, são oportunidades extremamente importantes e urgentes no Brasil, pois

a primeira é capaz de garantir um futuro econômico mais sustentável, além de recuperar o valor da igualdade de direitos no país; e a outra, de promover uma grande mudança em nosso atual sistema eleitoral, aproximar os eleitores dos seus candidatos, reduzir consideravelmente o custo de campanha e proporcionar maior renovação política no Brasil. Dadas as janelas de oportunidade abertas em 2017, iniciamos a atuação nestas duas frentes e, mais intensamente, na Reforma da Previdência, que será melhor detalhada na próxima seção deste artigo.

Reforma da Previdência: uma importante causa sob os holofotes

Em 2017, o CLP focou grande parte de seus esforços na mobilização da sociedade a favor de mudanças na Previdência, as quais consideramos serem estruturais para a melhoria do Estado brasileiro, iniciando pela retomada da economia e, conseqüentemente, do emprego e da renda no país. Dado o impacto financeiro e econômico dessa temática e a dificuldade mundialmente reconhecida de se conquistar avanços, entendemos a importância de atuação do CLP como um agente de mobilização da sociedade para maior compreensão do desafio, suas perdas e ganhos para a sociedade e para o Estado, e a real conquista dos ajustes necessários.

A Previdência e seus desajustes

A Previdência é um seguro social que consiste no conjunto de regimes previdenciários de todos os trabalhadores das iniciativas privada e pública no país com o objetivo de repor as perdas financeiras do indivíduo impossibilitado de trabalhar, permanente ou temporariamente. Existem dois ti-

pos de regimes direcionados a este público, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS (gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

No entanto, a despesa desproporcional que o atual desenho de regras e condições contextuais da Previdência brasileira possui, nos leva a ser um dos países com maior gasto previdenciário do mundo, se considerado o número de idosos e a proporção do PIB anual. Em 2014, cerca de 9% do PIB nacional foi direcionado à cobertura de tais obrigações no Brasil, mesmo patamar de países em que a população de idosos é pelo menos o dobro da nossa.

Adicionalmente, a desigualdade nos benefícios dos trabalhadores da iniciativa pública e privada é gritante e revela que 10% do total de beneficiários desse sistema é responsável por dois terços do déficit anual da Previdência. A média de aposentadorias do RGPS é de cerca de R\$ 1 mil, e a do RPPS é de R\$ 5 mil.

Segundo o especialista Paulo Tafner, dentre diversos, os principais fatores que determinam o excessivo gasto previdenciário no Brasil são: 1) a concessão de incentivos inadequados (elegibilidade, acúmulo de benefícios, regras de fixação, etc.); 2) fator de mudança demográfica e; 3) indexação do benefício ao salário mínimo.

As despesas previdenciárias no Brasil, somado o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas), em 2017, terão consumido cerca de 55% do total da despesa primária. O que representa uma completa inversão de prioridades quando nos deparamos com uma economia em forte recessão, acúmulo de déficits orçamentários e a distribuição das despesas nas demais áreas.

Tal situação se torna ainda mais crítica quando olhamos para os demais entes da fe-

deração, tendo em vista a crise fiscal dos Estados e Municípios. Do total gasto com previdência pública no Brasil, cerca de 45% se referem aos aposentados e inativos dos estados e municípios. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, os gastos com servidores inativos (pensionistas e aposentados) já supera os gastos com os servidores ativos, além de comprometer cerca de 115% da arrecadação própria estadual. Não à toa, o estado vive um momento de profunda crise econômica, com atrasos recorrentes no pagamento de salários e do 13º dos servidores públicos. E é uma questão de tempo para que o mesmo ocorra com os demais estados da federação.

Segundo cálculo realizado pelo especialista Paulo Tafner, em 2017, fora do cenário previsto com a Reforma da Previdência, estados e municípios já têm contratadas despesas com aposentadorias de servidores e pensionistas equivalentes a 85% do PIB, patamar que supera a dívida pública no mercado, de 73% do PIB. Tal projeção considera as despesas que os estados e municípios terão nos próximos 75 anos, segundo as regras atuais.

E o mais grave: as despesas de ativos e inativos crescem a cada ano sem qualquer freio, nem mesmo com a forte queda de arrecadação estadual e a recessão geral do mercado. Segundo estudo do IPEA, 2017, as despesas com servidores ativos cresceram 50% e a com servidores inativos, 66% nos últimos dez anos. A soma desses gastos ultrapassa a marca dos R\$ 240 bilhões somente em 2016.

Além do fator “déficit” fiscal e o peso enorme da aposentadoria pública para a Previdência, outro importante componente de impacto na situação atual e futura a ser mencionado é o fator demográfico. A redução da taxa de fecundidade nos últimos dez anos, no país, somada ao aumento da expectativa de

vida da população, faz com que seja necessária uma revisão na idade mínima com extrema urgência. Nos anos 2000, havia 8,42 pessoas ativas para cada aposentado no Brasil. Com a inversão da pirâmide demográfica, se nada for feito, em meados de 2060, teremos cerca de 2 ativos para cada inativo do sistema previdenciário. Seremos uma nação com mais de 3,5 milhões de “jovens” com 90 anos ou mais, e mais de 500 mil centenários.

Como garantir a sustentabilidade de uma política nacional tão importante com regras que não condizem com a realidade natural da vida da população e com o contexto econômico do país? Nosso sistema da previdência é insustentável, e não há tempo a perder. Se nada for feito, em um ou dois anos, a situação do país chegará ao extremo dilema tal qual países como a Grécia, de rever direitos adquiridos e completo colapso das instituições democráticas.

É preciso agir.

A mobilização da sociedade em prol da necessária ação

Diante de tal cenário, em 2017, o CLP, junto a outras organizações da sociedade civil e especialistas, criou o Movimento Apoie a Reforma (www.apoieareforma.com.br), com o objetivo de levar conhecimento de qualidade sobre este tema e engajar a sociedade a favor das mudanças necessárias.

Iniciamos o trabalho com a criação de vídeos e conteúdos dinâmicos para divulgação nas redes sociais e em nossa plataforma on-line, que traziam dados técnicos em profundidade relacionados à situação atual da Previdência e os reais problemas que precisam ser resolvidos. Além disso, demos início a uma incansável peregrinação em busca de especialistas de diferentes correntes acadê-

micas e ideológicas, organizações da sociedade civil organizada e cidadãos tão indignados quanto nós e conscientes do seu papel como agentes de transformação, de modo a estabelecer uma visão comum e uma agenda de mudança mínima prioritária. Neste processo, chegamos ao posicionamento geral da organização e deste grupo de apoiadores e colaboradores voluntários em relação aos pontos-chaves que uma Reforma na Previdência deve cobrir:

- 1) Redução do déficit fiscal;
- 2) Igualdade de direitos;
- 3) Inversão da pirâmide demográfica.

Em meados de fevereiro de 2017, quando demos início à nossa atuação, o cenário era de extremo ceticismo e desconhecimento. Resultado natural, dada a complexidade que o tema carrega e o medo das perdas do curto prazo, que ainda se destaca mais do que os ganhos futuros. Além disso, a comunicação com a sociedade desde o início do processo se perdeu e deu espaço às falácias corporativistas e da ação rápida daqueles que querem proteger seus privilégios e manter a situação no mesmo estado de conforto atual.

Foram dez meses de intenso trabalho deste grupo, que se manteve firme e em processo de evolução de adeptos durante todo o caminho, a despeito do cenário que se iniciou crítico e que se tornou ainda mais desfavorável após as denúncias contra o presidente Michel Temer. Hoje, o Movimento conta com a participação de mais de dez especialistas, 40 entidades setoriais e 150 pessoas da sociedade civil. Organizamos diversas visitas a Brasília, palestras e mais palestras com especialistas, diversos posicionamentos públicos e

manifestações institucionais em relação à preocupação com o cenário econômico do país e a urgência desta mudança.

Quando organizações da sociedade civil e especialistas somam esforços em prol de uma causa, significa que uma parte da sociedade responsável e entendedor se importa, quer transformar compreensão em ação. Ao decidirmos olhar para a Reforma da Previdência com a preocupação de quem vive em um país que já sofre com a falta de investimentos em saúde, educação e segurança, o fizemos porque precisamos garantir às gerações futuras um país em que existam garantias fundamentais asseguradas, em que haja justiça social, e para que essas mesmas gerações não precisem tomar medidas mais drásticas do que as atualmente propostas. Adicionalmente, o país precisa retomar o crescimento econômico capaz de trazer tranquilidade e o resgate da confiança nas instituições democráticas nacionais.

O texto novo proposto pelo governo em conjunto com o relator da matéria na Câmara, Arthur Maia, é uma resposta destes a todas as demandas técnicas e de viabilidade política para aprovação das medidas apresentadas pelo Congresso Nacional. Aos que se posicionam contrários à reforma até hoje, restam poucos argumentos e todos eles partem de uma postura populista e retrógrada, de quanto politicamente lhes custará. Além de ser um cálculo equivocados, tendo em vista a relação histórica da reeleição de parlamentares com voto favorável a reformas no passado, tal atitude somente nos confirma a falta de responsabilidade daqueles que insistem em colocar seus interesses individuais à frente do futuro da sociedade e do país.

O movimento não descansará até que essa aprovação seja conquistada, até que cada parlamentar esteja ciente de que um voto

contra a Reforma da Previdência é um voto contra o Brasil. Representamos diferentes segmentos da sociedade, mas compartilhamos a profunda preocupação de que as futuras gerações podem herdar um país em piores condições. Juntos, ainda que com perspectivas distintas, acreditamos que uma reforma no sistema da Previdência seja o caminho para o desenvolvimento sustentável do país. Estamos munidos da convicção de que a mobilização da sociedade a favor da Reforma é a única maneira de se iniciar um

ano eleitoral – um ano que nos traz a perspectiva de mudanças e de real renovação.

Somente em um esforço conjunto será possível promover conquistas neste e nos demais temas da agenda nacional expostos neste artigo. O engajamento da sociedade é essencial para que consigamos fazer a travessia, crenças de que os ganhos futuros que colocam a sociedade em primeiro lugar são suficientes para alimentar nossa motivação e esforço diário em função das melhorias que o nosso país promover.

Raps: Uma Rede de Lideranças Políticas Para Um Brasil Sustentável

.....

ANDRÉ PREVIATO
MARCOS VINÍCIUS DE CAMPOS

A instabilidade política, econômica e social que não só o Brasil, mas pela qual todo o globo passa, traz à luz as dificuldades da governança democrática atual para a tomada de decisões que deem conta da complexidade dos problemas de uma era globalizada. Revela, também, a dificuldade dos sistemas democráticos contemporâneos em direcionar o desenvolvimento, seja local, regional ou global, para bases econômicas social e ambientalmente sustentáveis. É a razão de existir da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – Raps – o apoio e a formação de lideranças que sejam capazes de empreender ações políticas que promovam as transformações sociais e institucionais necessárias para a transição rumo a esse novo modelo de desenvolvimento.

O cenário global é o do ápice da globalização, não apenas pela consolidação dos fluxos globais de capitais e mercadorias e dos efeitos da revolução das tecnologias de informação, mas, talvez, principalmente, em razão da externalização dos seus efeitos negativos para além das fronteiras nacionais: os problemas se globalizam e requerem

tanto a convergência das nações para o enfrentamento desses complexos problemas por suas causas globais como também o enfrentamento imediato de suas consequências locais. São exemplos os eventos naturais decorrentes das mudanças climáticas, o aumento dos fluxos migratórios decorrentes de questões geopolíticas seculares não resolvidas e o problema dos resíduos gerados pelo sistema produtivo vigente.

As novas tecnologias e os fluxos de informações adicionam a esse cenário uma nova dinâmica na relação entre o cidadão e as instituições. A mídia tradicional já não tem o monopólio da informação, e a cidadania conectada formou uma rede de editores que permite a divulgação e a promoção de informações sobre os mais variados aspectos da vida em sociedade. Como consequência, testemunhamos uma revolução na forma como a informação é produzida, consumida e transmitida e, assim, participamos da transição para uma sociedade cada dia mais transparente. Vivenciamos uma época em que, cada vez mais, tudo e todos, com seus defeitos e méritos, seus desafios ou oportunidades, são disponibilizados no mundo virtual. Tudo fica mais complexo à medida que, a cada dia, tendências são criadas e dissipadas ao sabor dos algoritmos que mapeiam perfis,

.....
ANDRÉ PREVIATO é líder da Raps; atua como colaborador no campo do empreendedorismo cívico.

MARCOS VINÍCIUS DE CAMPOS é diretor executivo da Raps.

personalidades e humores, intensificando o compartilhamento de informações de forma inteligente e artificial. Como resultado, os compartilhamentos são amplificados, seja por seus méritos, sua relevância ou em razão da utilidade da informação, seja por seu apelo fantasioso, pelo absurdo que representam ou mesmo por mera expurgação virtual.

No Brasil, em especial, novos desafios nos são apresentados conforme as transformações sociais se aceleram. A intensificação dos mencionados fluxos globais e virtuais somada ao fortalecimento das instituições de controle desnudam antigas práticas viciadas de aparelhamento do Estado e de desvios de recursos públicos, tramadas para atenderem aos interesses pessoais ou corporativistas de uma casta de detentores do poder. Em última análise, esses processos acabam por jogar luz sobre a dificuldade de instituições que operam analogicamente, herméticas e centradas em si mesmas, em conectarem-se com as demandas precípua da sociedade e o interesse público, trazendo à tona, no cidadão que viaja diariamente horas no ônibus superlotado, o sentimento de falta de representatividade desses partidos, governos, parlamentos e lideranças.

Há, contudo, uma força social revigorante, que vem de agentes políticos que lideram iniciativas de renovação das práticas políticas, em especial de inovação na forma de se conduzir campanhas eleitorais, de transparência e participação em mandatos e de fortalecimento da cidadania através de ações de empreendedorismo cívico. São essas lideranças que terão a capacidade de liderar a tão necessária transição para um Brasil mais justo, ético, solidário e sustentável.

Somente a cultura democrática participativa, exercida por uma sociedade civil vibrante e facilitada por um governo aberto e inclusi-

vo, é capaz de promover o ambiente apropriado para as transformações necessárias para a atualização de nossas instituições e práticas políticas, gerando, por consequência, a viabilidade e a efetividade no longo prazo da nossa jovem democracia. É nesse ambiente que os processos democráticos estarão aptos a cumprir sua função essencial de gerir conflitos sociais, permitindo que os diversos atores de uma sociedade plural como a nossa deem forma e administrem suas diferenças e disputas, contribuindo, todos, para a formulação e a implementação de políticas públicas inclusivas e transformadoras. A democratização bem-sucedida, para a construção da paz, requer, portanto, que esses processos sejam participativos e representativos e, assim, demandam uma sociedade engajada, politicamente ativa.

Compromisso com a ética e a transparência

Nos seus cinco anos de existência, a Raps, uma entidade civil e sem fins lucrativos, vem consolidando suas atividades para a valorização da ação política como o caminho necessário para o aperfeiçoamento da democracia brasileira. Com base nas evidências disponíveis, a Raps aponta, desde a sua fundação, que a baixa qualidade da governança política de nosso país impacta diretamente o desenvolvimento econômico e social e resulta em desperdício de oportunidades. A Raps veio com a missão de contribuir para o aperfeiçoamento do processo político e da qualidade da democracia brasileira por meio da formação de uma rede de lideranças políticas comprometidas com os valores e os princípios da ética, da transparência e da sustentabilidade e dispostas a debater e a construir uma visão compartilhada de desenvolvimento sustentável do Brasil.

Constituída oficialmente em 2012, a Raps é fruto de uma iniciativa que começou a germinar em 2008, quando um grupo de lideranças empresariais, sociais e políticas se uniu para refletir sobre como tornar a agenda para o desenvolvimento sustentável tema prioritário no Brasil. A inquietação comum àquelas pessoas era o reflexo da relevância e da solidez que as temáticas sociais, econômicas e ambientais associadas ao desenvolvimento sustentável vinham ganhando no país. O conhecimento gerado não deixava mais espaço para dúvidas: o tema da sustentabilidade, tão consolidado na sociedade civil, e ganhando status na economia, precisava conquistar seu espaço na política através de ações pluripartidárias que permeassem diferentes matizes ideológicos, consolidando-se como pauta transversal necessária a qualquer projeto de país.

A ferramenta escolhida para essa missão foi, portanto, a formação de uma rede de lideranças políticas alinhadas em princípios e valores, comprometidas em debater e construir uma visão de futuro e engajadas com uma ação política que contribua para a transformação do Brasil em um país mais justo, próspero, democrático e sustentável. Para tanto, é fundamental identificar, atrair, selecionar, formar e capacitar essas lideranças, apoiar sua ação política e, por fim, monitorá-las. É isso que a Raps tem feito nos últimos cinco anos.

Os eixos programáticos que estabelecem os processos e atividades que estruturam a atuação institucional e os projetos da Raps são (i) a estruturação da rede de líderes políticos por um Brasil sustentável, (ii) o fortalecimento institucional dos valores e princípios da sustentabilidade e (iii) o fomento à cultura política e à democracia participativa.

No primeiro eixo programático, são pro-

postas atividades que incidam sobre o deficiente processo de seleção e de formação de lideranças políticas, buscando contribuir para a renovação de lideranças políticas no Brasil e fomentar uma melhor qualidade da ação política dos candidatos a cargos eletivos ou de parlamentares e gestores públicos, de forma a ampliar o número de lideranças políticas com mandatos comprometidas com os valores que nos guiam.

Criar uma nova cultura política

O segundo eixo programático da Raps busca o fortalecimento institucional dos valores e princípios da sustentabilidade por meio da formação e da adesão dos líderes políticos a essa agenda. Para tanto, é preciso que essas lideranças não só defendam a sustentabilidade, mas também identifiquem quais são seus valores e princípios fundamentais, integrem o conhecimento produzido por instituições que já atuam com esse tema e, por fim, traduzam esse pleito para a realidade política, por meio de políticas públicas viáveis que conciliem ideal e prática.

O terceiro eixo programático da Raps decorre do diagnóstico de que a escassa participação da população na vida política enseja estratégias de criação e promoção de uma nova cultura política e de ampliação das formas de participação para o fomento da democracia participativa. Assim, são propostas ações de cooperação e parceria com instituições ou entidades que atuem em processos de controle social, com fundações de partidos políticos e com instituições públicas e privadas que atuem no estímulo à mobilização da cidadania, especialmente no nível local, onde a cidadania e a política institucional são aproximadas pela realidade da vida cotidiana.

Para integrar a Raps é preciso ser aprovado em processo seletivo anual; as inscrições (gratuitas) para o grupo que participará do processo de formação em 2018 se encerraram em 10 janeiro, e o resultado dos selecionados será apresentado em 31 de janeiro. As inscrições são abertas, anualmente, a partir de final de novembro. A seleção de 2018 estará focada prioritariamente em novos membros para o projeto Líder Raps, destinado às pessoas que já possuem mandatos eletivos ou pretendem disputar as eleições em 2018. Em anos anteriores, também foram selecionados e integrados membros à rede de lideranças Raps para os projetos Empreendedores Cívicos e Jovens Raps – esse processo de seleção e integração continuará a ser feito em anos não eleitorais.

Uma vez aprovados, os novos membros da Raps participam de atividades de integração e formação (cursos, workshops, seminários sobre conjuntura política e diversos temas nacionais relevantes), que têm como objeto a capacitação na organização de campanhas eleitorais participativas, transparentes e de baixo custo, no planejamento e exercício de mandatos inspiradores e na promoção da agenda da sustentabilidade e do fortalecimento da cidadania. Parte importante do processo de apoio a essas lideranças é a promoção de um espaço de cooperação e de compartilhamento de experiências de ação política, sejam elas parlamentares, de gestão ou de engajamento da sociedade em processos democráticos participativos. O número de lideranças ligadas à organização aumenta a cada ciclo de formação (de um ano) e fica cada vez mais evidente a importância do apoio e da manutenção de vínculos entre esses atores políticos.

Hoje, a rede de líderes Raps é composta por mais de 500 lideranças alinhadas em

princípios e valores, em 24 estados e no Distrito Federal, de mais de 20 partidos, sendo 84 destas com mandatos, incluindo 2 governadores, 2 senadores, 12 deputados federais, 6 deputados estaduais, além de 11 prefeitos, 3 vice-prefeitos, 15 secretários e 31 vereadores. Como se vê, o pluralismo político e a diversidade são fundamentos da rede de lideranças Raps. Como mencionado, a unidade da rede é promovida pela comunhão dos princípios e valores que norteiam o desenvolvimento sustentável – nas dimensões social, econômica e ambiental – e através do exercício da amizade cívica entre seus membros (vínculo que se estabelece entre lideranças políticas, independentemente do partido, para a construção de uma esfera pública de diálogo, cooperação e compartilhamento de experiências).

Razão de existir é não ter mais razão de existir

Ao longo dos últimos anos, a Raps tem comprovado a relevância do fomento de espaços de diálogo e troca de experiência (especialmente entre lideranças de diferentes matizes e regiões do país), de formação política (especialmente para lideranças que estão iniciando sua trajetória política e querem desenvolver um projeto eleitoral consistente e comprometido com os valores dos quais comungamos) e de apoio mútuo entre essas lideranças para a renovação dos quadros políticos nas três esferas da federação. Costumamos ponderar que a razão de existir da Raps é, ao final, não ter mais razão de existir: o afloramento de uma cultura democrática participativa vibrante, em que a pauta da sustentabilidade tivesse papel central, tornaria a atuação da Raps dispensável.

Suspeitamos estar no início de uma longa

jornada, mas cujos primeiros passos já foram suficientes para indicar que o caminho é esse. Recentemente, o diagnóstico inicial que levou à fundação da Raps se comprovou e a sociedade começou, de fato, a despertar para a necessidade e a importância de um maior e mais qualificado engajamento cívico. Esse quadro fica evidente em junho de 2013, quando as ruas de diversas cidades brasileiras foram tomadas por uma cidadania que alardeava as mais diversas pautas, mas se mantinham mobilizadas pelo sentimento comum resumido no slogan “não me representa”. Com o aprofundamento da crise política, a partir de 2014, o ano de 2017 foi marcado pelo surgimento de diversos movimentos cívicos que se propõem a contribuir para a renovação das lideranças políticas, para fortalecer pautas que consideram urgentes para a transição rumo a uma sociedade mais justa ou para promover lideranças que tornem as instituições brasileiras mais representativas da nossa diversidade racial, de gênero, social ou cultural.

Esses movimentos, muitos dos quais tiveram membros da Raps contribuindo para sua gênese, representam novas formas e arranjos para a participação cívica e a renovação política e, quando pautados pela ética e o compromisso com a verdade, fortalecem o processo democrático brasileiro e consolidam a crença da Raps de que é necessário reconhecer a política como principal instrumento de transformação em nosso país. É necessário engajar parcelas relevantes da sociedade, hoje excluídas do processo de discussão e de decisão sobre o modelo econômico, social e ambiental de desenvolvimento do país, com responsabilidade.

Esses movimentos indicam também que a representação política passa a experimen-

tar novas formas de organização social em complemento às estruturas partidárias existentes. A conectividade, a fluidez de informações e as novas possibilidades de organização trazidas pelas inovações tecnológicas permitem que arranjos inovadores emergjam em complemento a estruturas que foram se tornando cada vez mais engessadas ao longo de seus processos de institucionalização. Assim como os meios de comunicação tradicionais (jornais, canais televisivos ou estações de rádio) não têm mais o monopólio da informação ou assim como os taxistas não têm mais o monopólio do transporte individual público de passageiros, entre tantos outros exemplos de mudança de paradigma sobre "canais intermediadores", os movimentos políticos emergentes representam uma verdadeira “uberização” dos partidos e da representação política.

Perda de confiança nos partidos

Esse processo acontece como uma resposta da sociedade à perda de confiança nos partidos. Se, por um lado, os partidos perderam a capacidade de atrair e preparar novas lideranças para ocuparem os milhares de cargos eletivos disponíveis a cada dois anos, por outro também perderam a capacidade de preparar o eleitorado para escolhas informadas e de promover o necessário engajamento cívico para além do voto. A sociedade desperta para apresentar respostas viáveis à falta de capacidade dos partidos políticos em cumprir sua função de atuar como mediadores entre a sociedade (nos seus vários segmentos) e a política institucionalizada.

Importante ressaltar que temos, no Brasil, 70.433 cargos eletivos a serem preenchidos a cada quatro anos, considerando-se os cargos

de presidente e vice-presidente, 27 governadores e 27 vice-governadores, 81 senadores e 162 suplentes, 513 deputados federais, 1.035 deputados estaduais, 24 deputados distritais, 11.136 prefeitos e vice-prefeitos e 57.426 vereadores. Soma-se a isso o fato de que, em 2012 e 2014, disputaram as eleições 450.697 e 22.557 candidatos, respectivamente, totalizando 505.427 candidatos.

Nesse contexto, é fundamental que as diversas iniciativas de aperfeiçoamento e fortalecimento dos processos de identificação e escolha dos nossos líderes políticos sejam valorizadas, apoiadas e integradas pela sociedade. São processos que, embora demandem imensos recursos humanos, de tempo e financeiros, são fundamentais para que, como sociedade, o Brasil retome o desenvolvimento e o fortalecimento de suas instituições políticas sobre novas bases. A Raps, instituição formalmente constituída, tem sua atuação pautada pelos valores que advoga e refletidos em seu estatuto e em seu código de ética, além de estar submetida às decisões de seus conselhos diretor, fiscal, consultivo e de ética. Essa estrutura permite que a Raps cumpra com seus objetivos a partir da contribuição e da atuação incansável dos membros de sua rede de lideranças, de seus colaboradores e de seus apoiadores financeiros – estes, apenas pessoas físicas, ou jurídicas sem fins lucrativos. Todas essas

informações são divulgadas em sua página eletrônica (www.raps.org.br).

De fato, constituída desde a sua origem como uma rede pluripartidária, abrigando lideranças políticas de diferentes matizes ideológicos, a Raps acredita que só por meio do diálogo, da cooperação e do compartilhamento de experiências e propostas – fundamentados no conceito de Amizade Cívica – o Brasil alcançará o patamar de uma sociedade justa, próspera, solidária, democrática e sustentável.

Como resultado desse esforço, até o momento, mais de 100 lideranças da rede Raps se colocam como pré-candidatas ao processo eleitoral de 2018 tendo, como ponto comum, o comprometimento com uma ação política transformadora que inspire, engaje e mobilize a sociedade, a fim de promover uma mudança positiva e significativa ao Brasil.

Diante do crescente inconformismo com a disfuncionalidade da governança do país e do conseqüente aprofundamento das crises econômica, política, ambiental e social, as eleições de 2018 se apresentam como uma oportunidade e também como principal instrumento de transformação do atual cenário brasileiro. A Raps está comprometida com o fortalecimento dos processos democráticos que possibilitarão essas transformações e com a formação das lideranças que conduzirão esses processos.

Agenda da Frente pela Renovação

.....
MIGUEL NICÁCIO

INTERESSE NACIONAL enviou este questionário a vários grupos ou movimentos espalhados por todo o País que têm por objetivo revigorar o sistema político brasileiro com práticas éticas, transparentes e a favor do interesse público. A preocupação da Revista, neste número, é mostrar ações da sociedade civil, um pouco daquilo que está acontecendo fora do âmbito do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

1) Quais são os objetivos do movimento?

→ *A Frente Pela Renovação tem como objetivo principal promover e acelerar a renovação política. Queremos melhorar a qualidade de representação, começando pelo Legislativo Nacional. Dessa forma atuamos em três pilares:*

- 1. Elaboração e divulgação de uma agenda de princípios para tornar a sociedade mais justa, íntegra, sustentável e democrática.*
- 2. Seleção e promoção de uma lista de candidatos, íntegros e comprometidos com essa agenda, para atuar no Legislativo Federal.*
- 3. Monitoramento da atuação do candidato eleito, por meio da aproximação da base eleitoral com seu representante.*

.....
MIGUEL NICÁCIO é líder da Frente pela Renovação

2) O movimento tem uma agenda?

→ *Sim, nossa agenda possui quatro grandes pilares que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do país: justiça, integridade, sustentabilidade e democracia.*

3) Como se dará o apoio do movimento aos candidatos?

Aderindo à Frente, os candidatos terão acesso a um programa de governo estruturado (agenda), divulgação de seus projetos nas plataformas dos parceiros (audiência e capilaridade) e desenvolvimento da candidatura (assessoria).

- Audiência (divulgação)*
- Programa de governo (agenda)*
- Capilaridade (das entidades apoiadoras)*
- Melhoria da representatividade*
- Assessoria (desenvolvimento do candidato)*

4) O movimento vai oferecer apoio material ou financeiro?

→ Não haverá apoio financeiro direto a candidatos, mas ofereceremos ferramentas que agregam valor à campanha do candidato, como plataformas digitais para anúncios de projetos e assessoria.

5) O movimento vai oferecer treinamento?

→ Sim, por meio de parcerias e investimentos no desenvolvimento dos candidatos.

Os candidatos da Frente receberão ampla divulgação de seus nomes e candidaturas, orientação para estruturar a campanha, direcionamento para estratégias eleitorais e treinamento das habilidades fundamentais para a prática política e eleitoral, como comunicação. Além disso, a Frente pode indicar, desenvolver e facilitar o uso de tecno-

logias que auxiliem em divulgação, montagem e eficiência de sua campanha, aumentando as chances de eleição do candidato.

6) O movimento está focado em alguns estados ou é nacional?

→ Nacional, sem nenhuma restrição por estado.

7) Outras informações de interesse do movimento.

→ A Frente buscará candidatos que se identifiquem com nossa agenda e comprometidos com a sociedade brasileira. Acreditamos que todos os esforços que tenham a intenção de provocar a renovação política devem buscar trabalhar de forma integrada – já que estamos em busca do mesmo objetivo.

Acesse o site frenterenovacao.org e leia mais.

Balanço da Política Externa dos Governos Petistas

.....
RUBENS BARBOSA

Os 14 anos da política externa desenvolvida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) merecem um estudo mais sistemático. Embora não haja a pretensão de esgotar o assunto, parece apropriado fazer um balanço dos resultados das opções estratégicas assumidas desde 2003 e algumas acentuadas a partir de 2011.

A eleição do presidente Lula trouxe uma visão diferente de mundo: dualidade entre os países ricos e pobres; combate à opressão capitalista e imperialista; e mudança da dependência externa brasileira.

O declínio do poderio dos EUA e a crítica ao processo de globalização econômica e financeira estavam no centro da visão de mundo do lulopetismo, que requeitou temas da esquerda da década de 1960 contra a opressão capitalista e o imperialismo.

A retórica oficial ressaltou o interesse do governo em mudar a geografia política, econômica e comercial global pelo fortalecimento do multilateralismo e pelo fim da hegemonia dos EUA, por meio da reforma dos organismos internacionais e, em especial, do Conselho de Segurança da ONU. Como corolário, políticas começaram a ser desenhadas para mudar o eixo da depen-

dência comercial do Brasil pela redução da influência dos países desenvolvidos e pelo aumento da cooperação com os países em desenvolvimento.

A relações Sul-Sul passaram a ser uma das prioridades da política externa com maior aproximação e ativismo na América do Sul, na África e no Oriente Médio e a participação nos blocos integrados por países dessas regiões e outros emergentes (Brics, Ibas, Unasul, Celac).

Ampliar a integração regional e fortalecer o Mercosul e sua expansão para formar uma área de livre comércio na América do Sul, como forma de oposição aos EUA, foram outras vertentes da política externa que afetaram as reais prioridades do Brasil no seu entorno geográfico.

A ação da política externa e de comércio exterior dessas administrações partiu de premissas e percepções que se provaram equivocadas. As prioridades do Itamaraty (África, Oriente Médio, Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), América do Sul, China, Mercosul) foram, em grandes linhas, as mesmas dos governos anteriores. O que mudou foram a ênfase e a forma da implementação das políticas por influência da plataforma de um partido político.

As consequências dos erros na condução da política externa acarretaram a redução da voz do Brasil no concerto das nações e o isolamento do país nas negociações comer-

.....
RUBENS BARBOSA é presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e editor responsável desta Revista.

ciais externas. A avaliação das opções estratégicas dos governos do PT na área externa mostra resultados em geral contrários aos interesses nacionais.

A partidarização da política externa ficou nítida desde o início do primeiro mandato de Lula pela perceptível influência do PT no processo decisório do Itamaraty. O primeiro sinal disso foi a nomeação de um quadro importante do PT para a função de assessor internacional da Presidência. Já em 2003, o ministro das Relações Exteriores indicava essa partidarização ao afirmar em discurso que “em todo o processo de mudança de governo, de mudança de orientação política, em muitos aspectos, temos de levar em conta duas situações: primeiro, uma natural afinidade das pessoas com a orientação política do governo, do presidente da República, do ministro de Estado e também, naturalmente, a competência profissional. Somos um corpo profissional por excelência, mas que deve estar entusiasticamente engajado com certas linhas políticas, com certas orientações”. O ministro acabou se filiando ao PT em 2009, gesto inédito entre os diplomatas que foram ministros do Exterior encarregados de executar uma política de Estado, e não apenas de um partido.

A aplicação da plataforma do PT com a partidarização da política externa e a criação na América Latina de canal paralelo ao do Itamaraty, ocupado pelo assessor internacional, como disse Lula em discurso no Itamaraty, em 2004, culminou com a política de afinidades ideológicas, generosidade e paciência estratégica nas relações econômicas e comerciais com os países sul-americanos, como Venezuela, Argentina, Bolívia, Cuba, e com países africanos.

No governo Lula, em especial no primeiro mandato, o ativismo da política externa,

respaldada pelo crescimento e estabilidade da economia, buscava um espaço de influência para bem além do contexto sul-americano. A busca de protagonismo para projetar o Brasil como um agente político global, segundo o presidente Lula, tentando ajudar a resolver conflitos por meio da negociação, pressupunha uma capacidade de avaliação e de coleta de informações, que, como se viu, o serviço externo brasileiro não estava plenamente habilitado a desenvolver.

Embora a economia tenha sofrido grande abalo em função de políticas equivocadas, a partir de 2008, quando eclodiu a crise global (marolinha na visão simplista de Lula), a política externa é um dos pontos mais vulneráveis do governo Lula/Dilma, pelos erros que se repetiram e pelos minguidos resultados que apresentaram. Pouco restou das bravatas repetidas por Lula de querer liderar a América do Sul, de mudar o eixo da dependência externa econômica e comercial do Brasil e de contribuir para modificar a geografia econômica, política e comercial no mundo.

Prevaleceram afinidades ideológicas

Tornando-se ideológica e partidária, a política externa do PT quebrou o consenso interno porque faltou equilíbrio entre a defesa de princípios permanentes e do interesse nacional. Na região, assumiu uma agenda que não era a nossa e, por isso, a ação do Itamaraty tornou-se passiva e reativa, deixando o Brasil a reboque dos acontecimentos: prevaleceram as afinidades ideológicas e a paciência estratégica, que prejudicaram o processo de integração regional e paralisaram o Mercosul. No concerto das nações, nos últimos quatro anos, o Brasil se retraiu e baixou sua voz, reduzindo sua contribuição nas grandes discussões do cenário internacional.

Demos as costas para importantes nações democráticas e abraçamos regimes de inclinação totalitária, em flagrante contraste com as melhores tradições da nossa diplomacia. A partidarização da política externa teve consequências severas na política de comércio exterior: acentuou o isolamento do Brasil e do Mercosul nas negociações comerciais; produziu atritos, em lugar de cooperação produtiva; e empobreceu nossa pauta de comércio, em vez de dinamizar trocas e oportunidades. Foi mantida uma estratégia de negociações comerciais bilaterais, regionais e globais, que isolou o Brasil, não permitindo sua inserção nas cadeias produtivas globais, que representam hoje 56% do comércio global e 72% dos serviços.

Deixaram de ser cumpridos os princípios constitucionais de não ingerência e defesa da soberania, seguidamente desrespeitados nos governos do PT no altar da ideologia. A credibilidade, a independência, o equilíbrio e os valores (democracia e direitos humanos) que apoiamos internamente não foram respeitados na política externa.

A presidente Dilma Rousseff manteve intacta a política externa dos oito anos do presidente Lula. Essa política continuava a não responder ao interesse nacional em um momento de grandes transformações políticas e econômicas em que vivíamos com desafios não atendidos e oportunidades não aproveitadas pelo Brasil.

As principais linhas de atuação do Brasil no governo Dilma seguiam sendo as mesmas do governo Lula:

- dimensão sul-americana (integração regional, América do Sul, relação estratégica com a Argentina, Mercosul e novas instituições (Unasul, Celac, Conselho de Defesa);
- negociações comerciais: multilaterais (Roda da Doha), regionais (Mercosul) e bilaterais;

- fortalecimento das alianças com o Sul (África do Sul, Índia, China e Rússia (Brics), países africanos e do Oriente Médio);
- multilateralismo (fortalecimento da ONU e busca de assento permanente no Conselho de Segurança, atitude crítica ao funcionamento das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e FMI) e fortalecimento da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Principais prioridades não apresentaram resultados

No discurso oficial, houve uma grande distância entre a retórica e a realidade. As principais prioridades da política externa não apresentaram resultados, a negociação multilateral fracassou e o Brasil não buscou alternativas como aconteceu com todos os outros principais países (EUA, China, União Europeia, Japão, Índia), não houve a reforma do CSNU e a política na região permaneceu sem rumo. Assim, os resultados da política externa não corresponderam à importância que o Brasil tinha na região e no mundo.

Deve-se reconhecer que houve avanços e êxitos, que ocorreram quando o Itamaraty pôde atuar como principal formulador da política externa. A iniciativa de institucionalizar o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), em 2006, o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), a institucionalização das reuniões de chefes de Estado da África e do Oriente Médio com os presidentes da região, o convite para participação da reunião de Annapolis para discutir a crise entre Israel e Palestina, a criação da Unasul e da Celac e o acordo com a OCDE, em 2014, foram importantes decisões nos governos petistas. A intervenção do Brasil na crise entre os EUA e o Irã, relacionada com a suspeita de que o regime te-

ocrático de Teerã estaria desenvolvendo um programa nuclear para fins militares, e não apenas para uso civil, foi positiva na medida em que propunha a negociação diplomática para superar as dificuldades e desconfianças existentes. A forma como a operação foi executada, entretanto, serviu para provar que tínhamos ainda um longo caminho de aprendizado a percorrer antes de poder empunhar, de forma madura e com credibilidade, a bandeira de salvadores da paz mundial.

Poderíamos ter ensaiado nossos bons ofícios nos conflitos entre nossos vizinhos, tentando ajudar, por exemplo, a Argentina e o Uruguai a resolver suas diferenças no caso da instalação da fábrica de celulose na fronteira e as disputas entre a Colômbia e Venezuela, que quase levaram os dois países a um conflito armado. Em ambas as questões, o Brasil optou por se omitir, preferindo iniciar sua ação pacificadora no conflito entre palestinos e israelenses no Oriente Médio e na disputa entre EUA e Irã.

Essas decisões colocaram em causa o julgamento dos formuladores da política externa lulista quanto à identificação do que deveria ser, de fato, nosso interesse, e à capacidade de avaliação objetiva das informações coligidas pela eficiente rede do Itamaraty. Sem entrar no mérito da discussão da crise em si mesma, ficou evidente a série de erros de avaliação por parte do governo brasileiro quando tomou a decisão de negociar o acordo com o Irã, que Teerã ameaçava romper, caso as sanções tivessem sido aprovadas. A avaliação do governo Lula foi equivocada quanto ao peso dos interesses estratégicos e comerciais da China e da Rússia no Irã e nos EUA, na disposição dos dois países de apoiar os esforços do Brasil. As percepções quanto ao estímulo indireto de Obama a Lula para negociar com o Irã e a determinação

dos EUA de levar adiante o projeto de resolução com sanções no Conselho de Segurança da ONU também foram erradas. Nossa diplomacia ignorou as pressões internas e externas sobre o governo Obama que forçaram o abandono das negociações com o Irã e a previsível reação de Washington contra a intromissão de novos atores em assuntos que, de forma monopolística, consideram de sua exclusiva responsabilidade. O presidente Lula perguntou corretamente onde isso estava escrito, mas as duras palavras de Hillary Clinton, poucas horas depois do acordo de Teerã, indicaram onde estava o poder real. Por outro lado, não houve uma adequada avaliação dos prejuízos que o apoio ao Irã poderia trazer para o Brasil.

Questões estratégicas e de defesa: avaliação equivocada

Ao se inserir numa questão tão sensível e que envolvia a própria segurança nacional dos Estados Unidos, atrás de ganhos de prestígio, o Brasil pareceu ter minimizado o risco de que as relações com os EUA pudessem ficar afetadas pela iniciativa brasileira, prevalecendo a percepção do PT de que os EUA estavam em decadência e que outros centros de poder estavam emergindo e transformando o mundo em multipolar. Embora isso seja verdade para as decisões na área econômica e política, onde não há mais possibilidade de imposições dos países desenvolvidos sobre os países emergentes, a avaliação foi equivocada ao se julgar que o mesmo valeria também para as questões estratégicas e de defesa, nas quais os EUA continuavam como a única superpotência, sem declínio ou perda de poder.

Mais grave foi o reconhecimento feito pelo presidente Lula de que sabia que es-

se passo significaria uma aposta grande e que não tinha nada a ganhar. Segundo se noticiou, um alto funcionário teria também declarado que os entendimentos com o Irã poderiam comprometer as intenções do Brasil em conquistar um lugar permanente no Conselho de segurança da ONU e que poderiam ser explorados pela oposição como uma aventura ou um fracasso. Mas, mesmo assim, valeria a pena.

Os retrocessos na ação diplomática ocorreram nas áreas em que as políticas tradicionais foram influenciadas por tendências ideológicas e partidárias, como ocorreu com Mercosul, integração regional, relações comerciais com a África e com o Oriente Médio, estratégia de negociações comerciais, sumiço do Brasil no cenário internacional e a perda de credibilidade do Itamaraty, tanto interna quanto externamente.

Talvez o incidente diplomático mais grave no período de Dilma Rousseff tenha sido a questão da espionagem da National Security Agency (NSA) no governo e em empresas brasileiras. A decisão final do governo brasileiro de adiar a visita de Estado a Washington evitou o radicalismo proposto pelo PT que, além do cancelamento da visita, queria a retirada do embaixador em Washington e a expulsão de elementos da NSA e da CIA lotados na Embaixada dos EUA em Brasília. A decisão de adiamento foi menos uma bravata confrontacionista e mais uma reação natural a práticas ilegais de interceptação de comunicações e dados de cidadãos, empresas e membros do governo. O pedido de desculpas feito pela presidente Dilma ao presidente Obama não foi atendido. O adiamento da visita a Washington fez com que acordos não tenham avançado, prejudicando nossos interesses.

O processo decisório na política externa,

a exemplo de outros países, termina na presidência da República. O presidente constitucionalmente é o responsável pela condução de todas as políticas, inclusive a externa, assessorado por seu ministro do Exterior.

Nunca antes na história deste país a presidência influenciou tanto nas questões e nos cursos de ação para a tomada de decisão, que ao Itamaraty cabe analisar e recomendar. Não é segredo o desapareço com que o Itamaraty foi tratado por parte da presidente Dilma Rousseff nos últimos anos e a pouca importância que foi dada às posições tradicionais recomendadas pela Chancelaria nos problemas que afetavam diretamente o interesse nacional.

Esvaziamento do Itamaraty

O Itamaraty deixou de ser o primeiro formulador e coordenador em matéria de projeção internacional do país, em virtude de interferências indevidas em seu trabalho analítico e em seus processos decisórios. No início do segundo mandato, o governo Dilma até ensaiou alguma evolução na política externa e na negociação comercial externa. Porém, em tempos de ajuste da economia, o governo se viu diante de uma escassez de meios que limitavam a ação externa. Os resultados das conversações mais profundas com os EUA e com a Alemanha foram limitados. Houve mais boas intenções do que ações concretas. Prosseguia, no entanto, a influência partidária, como evidenciado pela não retomada do acordo de salvaguardas tecnológicas com Washington.

O esvaziamento da Instituição e a fragmentação externamente induzida nas suas posturas e no seu modo de operar, acelerados no governo Dilma, decepcionam a sociedade brasileira. Foram retiradas da Chancelaria áreas de sua competência e foram

crescentes as dificuldades para a alocação de recursos compatíveis com as novas demandas externas e proporcionais à presença ampliada do Brasil no mundo com a decisão apressada de criar 16 novas embaixadas.

Cabe mencionar alguns episódios de domínio público – muitos outros não são conhecidos – em que ficou evidenciada a decisão dos presidentes Lula e Dilma de afastar a Chancelaria e de levar o Brasil a omitir-se por razões de preconceito ideológico ou considerações partidárias de afinidades ideológicas, em muitos casos, com a opinião contrária do Itamaraty.

- Nacionalização *manu military* de refinarias da Petrobras por Evo Morales em 2006, sem a adequada defesa do interesse nacional pelo governo Lula.
- Decisão de construir a refinaria Abreu e Lima em Pernambuco por pressão de Hugo Chávez, com grande prejuízo e corrupção contra os interesses brasileiros.
- Decisão de não enviar o Ministro do Exterior à reunião sobre a Síria em Genebra, em 2014. O Brasil foi incluído em encontro restrito a um grupo limitado de países a pedido da Rússia, que, com os EUA tentava discutir uma solução negociada para o conflito.
- Ausência do Brasil na Conferência anual de Segurança realizada em Munique, em 2014, fórum conhecido pela oportunidade que oferece para conversas informais sobre as crises internacionais e as negociações em curso entre diplomatas e ministros da Defesa de todo o mundo. Entre os participantes estavam o mediador da ONU na Síria, os ministros do Exterior da Rússia e do Japão e os secretários de Estado e de Defesa dos EUA.
- Omissão do governo brasileiro no tocante ao asilo de senador boliviano. Depois de concedido o asilo pela Embaixada em La Paz nada foi feito para que o salvo conduto fosse concedido por Evo Morales, conforme previsto nos Tratados regionais. A forma pouco ortodoxa como ocorreu a saída do senador da Bolívia, apesar de ter resolvido o problema para os dois países, desencadeou uma crise com o Itamaraty que resultou na demissão do então ministro, a punição do diplomata que resolveu a crise e a subserviente comunicação ao presidente da Bolívia das razões da demissão.
- Silêncio do governo na crise da Venezuela, escondido de trás da posição do Mercosul e da Unasul favoráveis ao governo de Maduro, apesar do agravamento da situação política interna, com clara violação da cláusula democrática e dos direitos humanos.
- Ausência do Brasil na negociação e na participação do Acordo de Serviços da OMC, apesar de hoje, na composição do PIB brasileiro, o setor de serviços representar 56%.
- Ausência do Brasil nas discussões sobre o impacto das negociações de acordos regionais e bilaterais de última geração negociados fora da OMC. A presidência da República manifestou-se publicamente minimizando o acordo EUA-UE, afirmando que esse tipo de acordo não interessava ao Brasil por levar a uma especialização entre os países.
- Ausência de uma posição firme do Brasil no tocante à convocação de reunião da presidência do Conselho do Mercosul. Pela primeira vez em 20 anos, o Conselho não se reuniu no segundo semestre de 2014, deixando de discutir, entre outros temas, as

negociações comerciais entre o Mercosul e a União Europeia.

- Ausência de liderança do Brasil no processo de integração sul-americana e de revitalização do Mercosul.
- Os episódios envolvendo encontros para discutir as restrições comerciais na Argentina e a situação política na Venezuela em que a presidência da República assumiu a condução do processo, deixando a Chancelaria à margem.
- Cancelamento do Acordo de Salvaguarda Tecnológica com os EUA e a assinatura de acordo especial com a Ucrânia, que acarretaram o atraso no programa espacial brasileiro por 17 anos, com grande prejuízo financeiro e tecnológico para o Brasil.

Além disso tudo, poderiam ser lembrados no governo Lula alguns episódios que contrariaram as tradições diplomáticas do Itamaraty, como a devolução a Cuba de pugilistas desse país que pediram asilo ao Brasil, ao final dos Jogos Pan-Americanos, e a aceitação passiva de vitória feita pelo governo boliviano em avião em que viajava o ministro do Exterior para verificar se ele estava transportando o senador boliviano asilado na embaixada do Brasil. Cabe também mencionar o alijamento do Itamaraty na decisão da interferência ostensiva por motivações ideológicas no episódio da suspensão do Paraguai do Mercosul quando o Congresso paraguaio, aplicando a Constituição, afastou o presidente Lugo, e a forma como foi decidido o ingresso da Venezuela no grupo regional.

Esses exemplos, como não poderia deixar de acontecer, tornaram inevitável a perda de credibilidade da Chancelaria e tiveram reper-

cussão sobre a percepção em relação à atuação do país no exterior. Certamente afetaram também a pretensão de um assento no CSNU.

O Brasil se recolheu e baixou sua voz, quando poderia ter trazido uma contribuição importante em cada um dos temas tratados defendendo o respeito à democracia e aos direitos humanos.

Em vez de uma política ativa e altiva, o que de fato ocorreu foi um deficit diplomático nos governos lulopetistas. Isso criou no Itamaraty crescentes problemas operacionais de gestão pela falta de recursos e resultou na redução do perfil brasileiro nos temas globais discutidos nos organismos internacionais especializados. Quanto ao processo de integração regional, em especial o Mercosul, o Brasil abriu mão da liderança para repensar tal processo e o próprio bloco. A ação do Itamaraty – a reboque de uma agenda que não era prioritária para o Brasil – deixou de defender efetivamente os interesses econômicos e comerciais brasileiros, seguindo as políticas de afinidades ideológicas e paciências estratégicas. O Mercosul esteve paralisado e sem nenhuma estratégia.

Mercosul: situação de quase total isolamento

Os objetivos de liberalização do comércio e de abertura de mercados foram abandonados, e o grupo subregional transformou-se em um fórum político e social. Politizado pela ação do Brasil, da Argentina e da Venezuela, o bloco permaneceu em situação de quase total isolamento. O único entendimento em curso, então, foi a retomada da negociação do grupo com a União Europeia por iniciativa argentina. Se as negociações com a Comissão Europeia não avançassem por dificuldades criadas por nossos parceiros, não restaria alternativa ao

Brasil, no âmbito do Mercosul, senão fazer um acordo com a União Europeia com os outros parceiros que quisessem, a fim de resguardar nossos interesses.

O Brasil deveria ter influído para que algumas regras do bloco fossem flexibilizadas para facilitar as negociações comerciais com países que pudessem ampliar o mercado para as exportações do grupo e permitissem acesso a tecnologias e inovações para as empresas dos países membros.

A desintegração regional se acentuou pela ausência de liderança brasileira e pelo apoio à Alba (Aliança Bolivariana). Pela dificuldade de fazer avançar o Mercosul, deu-se ênfase às relações bilaterais com os países sul-americanos. O antiamericanismo e o congelamento das relações com os EUA se refletiram na criação de novas instituições sul-americanas (Celac, Unasul). Sem visão estratégica, abandonaram-se as prioridades de projetos de infraestrutura na América do Sul para abrir corredores para nossas exportações para o mercado asiático.

A baixa prioridade dada às nações democráticas desenvolvidas e a aproximação e o apoio a regimes de clara inspiração antidemocrática são reflexo da confusão entre valores e interesses na definição de políticas nos temas globais (democracia e direito humanos).

A ausência de uma visão objetiva do interesse brasileiro se manifestou não só em relação aos países desenvolvidos (União Europeia, EUA e Japão), bem assim no tocante à China e ao Brics. O mesmo ocorreu quanto aos países em desenvolvimento com o apoio financeiro a Cuba, o respaldo à crescente deterioração da situação política na Venezuela e o alheamento na crise na Ucrânia, exemplos de ações ou reações político-partidárias acima dos reais interesses estratégicos brasileiros.

No tocante ao comércio exterior, a estra-

tégia de negociação externa continuou equivocada, gerando o isolamento do Brasil nas negociações de acordos de livre comércio. O isolamento do Brasil, que, em 14 anos, negociou apenas três acordos de livre comércio, com Israel, Egito e Autoridade Palestina, prejudicou os interesses públicos e privados nacionais, já que o mundo negociou nesse período mais de 400 acordos. O Mercosul comercial ficou paralisado e os temas sociais e políticos tiveram precedente sobre os objetivos iniciais do Tratado de Assunção. O intercâmbio com a África e o Oriente Médio pouco cresceu em termos percentuais no total do comércio exterior brasileiro em todo o período lulopetista. O empobrecimento da pauta comercial brasileira e a perda de espaço no comércio internacional estão associados à manutenção de uma economia fechada. E, por causa da reduzida inserção nas cadeias produtivas globais e à aplicação de políticas restritivas no comércio exterior, o Brasil acabou tendo limitado acesso à inovação e à tecnologia. Os acordos de comércio com os países sul-americanos, em especial com Peru, Colômbia e México, não foram aprofundados; o governo ignorou o crescente número de acordos regionais e bilaterais, e as novas regras que passaram a integrar os acordos comerciais; não se avançou em nenhuma negociação comercial com países desenvolvidos que pudessem aportar inovações tecnológicas e integrar as empresas nacionais nas cadeias produtivas globais; não foi completada a negociação com a União Europeia, que se arrastava há mais de uma década.

As ações de política externa nas negociações comerciais continuaram a privilegiar os interesses político-partidários, e não o interesse nacional. Cada vez mais isolado das novas tendências do comércio internacional e com dificuldades para criar um mercado regional

para seus produtos, ao contrário do que ocorria na Ásia e na Europa, o Brasil manteve sua estratégia de negociação comercial, de preconceitos ideológicos, perdendo oportunidades de buscar a abertura de novos mercados, não só entre os países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos. O governo Dilma não procurou inserir os setores industriais e de serviços nos grandes centros difusores de tecnologia. Segundo a OMC, a participação do Brasil nas redes internacionais de produção era de apenas 40%. Deixando de participar das negociações de acordos preferenciais de comércio e das cadeias produtivas de alto valor agregado, o Brasil perdeu espaço no comércio global. A prioridade apenas para as negociações multilaterais no âmbito da OMC, do Mercosul e na América do Sul mantida no governo Dilma, não serviu aos interesses do Brasil.

Alguns resultados mostram como o interesse nacional foi deixado em segundo plano nos governos Lula e Dilma:

- O financiamento ao porto de Mariel em Cuba pelo BNDES subiu a cerca de US\$950 milhões, de acordo com informações publicadas em Havana. Segundo essas mesmas fontes, o governo brasileiro estava também negociando novos empréstimos do BNDES no valor de US\$170 milhões para melhoria dos aeroportos comerciais naquele país. Os financiamentos de projetos no exterior – prática usual nos governos Lula e Dilma a governos autoritários da América Latina e da África – foram pouco transparentes, como reconheceu a Justiça Federal, e desviaram recursos do BNDES de projetos de infraestrutura no Brasil.
- Durante visita da Presidente Dilma à União Africana de Nações, o governo brasileiro

anunciou o perdão de US\$900 milhões de dívidas de 12 países africanos. Somente o governo autoritário da República do Congo livrou-se de US\$352 milhões. Essa decisão abria a possibilidade de novos empréstimos para apoiar grandes projetos de infraestrutura nesses países, acarretando os mesmos resultados negativos para o Brasil.

- A decisão do governo Dilma de pagar US\$434 milhões adicionais ao governo boliviano pela compra do gás natural, como parte de acordo entre Lula e Morales, de 2007. Para ajudar generosamente a Bolívia, o gás importado pelo Brasil passou a pagar um adicional por seu conteúdo, contra a opinião da Petrobras. Técnicos da Petrobras afirmaram, ainda, que a Bolívia estava pressionando a companhia a pagar a dívida do gás rico, ameaçando cortar o fornecimento da energia para a termelétrica de Cuiabá. Longe dos interesses brasileiros, o governo cedeu às pressões e chantagem bolivianas.

Brasil descumpriu regras internacionais de asilo

O tratamento dado ao governo brasileiro pela Bolívia, no caso do asilo do senador Roger Molina, talvez seja um dos exemplos mais simbólicos da fraqueza de nossa política externa imolada no altar das afinidades ideológicas. Depois de concedido o asilo, o governo brasileiro se arrependeu, por pressão do presidente Evo Morales, e aceitou o descumprimento das regras internacionais de asilo que obrigam o país a conceder salvo conduto para a saída do asilado. Depois da fuga de Molina, o governo cedeu a pressões e demitiu o ministro do Exterior para dar satisfação a Evo Morales. Logo de-

pois da exoneração, Morales recebeu telefonia informando a demissão do chanceler.

No âmbito multilateral, o Brasil se encolheu e deixou de ampliar sua ação diplomática em todas as áreas. O Brasil se esquivou de assumir novas responsabilidades perante a comunidade internacional nos temas globais e nas áreas de conflito onde manifestamos interesse em ter um papel mais preeminente, como na África e no Oriente Médio.

No governo Dilma, o Brasil perdeu a liderança no tocante aos temas globais, como mudança de clima, energia, democracia, direitos humanos, comércio exterior, assim como aos novos temas (terrorismo, guerra cibernética, controle da internet), em cujas discussões o Brasil sempre desempenhou um papel relevante nos diferentes organismos internacionais. Quanto aos direitos humanos e à democracia, por afinidades ideológicas, o governo Dilma não reproduziu no exterior a defesa dos valores e interesses que defendemos internamente. No tocante às questões da sustentabilidade relacionadas com as preocupações sobre as negociações de mudanças de clima, o Brasil – ao con-

trário das posições anteriores – adotou uma posição de baixa visibilidade, como ocorreu na reunião de Lima, em 2014, preparatória para o encontro de Paris, em que se discutiu a renovação do Protocolo de Kyoto.

Os seguidos casos de corrupção, em especial o escândalo da Petrobras, que o governo Dilma Rousseff fingiu desconhecer, afetaram a credibilidade e a imagem do Brasil no exterior. Os desmandos na maior empresa brasileira continuam sendo investigados na Europa e nos EUA com graves prejuízos econômicos e financeiros e com possíveis efeitos criminais no final do trabalho levado a efeito pelo Ministério Público no Brasil, pela Securities and Exchange Commission de Nova York e pelo Departamento de Justiça de Washington.

As opções equivocadas na política externa e no comércio exterior nos governos petistas geraram custos enormes ao país. Em virtude da partidarização e da falta de visão estratégica, faltou, conforme recomendação do Barão do Rio Branco, “tomar a dianteira e construir uma liderança serena, coerente com nossa dignidade de nação”.